



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº 0573/09	DATA: 13/05/2009
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 17h24min	DURAÇÃO: 2h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h46min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Assuntos internos: avaliação da repercussão dos pronunciamentos e declarações do Deputado Sérgio Moraes, Relator do Processo nº 9, de 2009.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Há falhas na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que, inicialmente, convoco para ser informal. Passa, a partir deste momento, a ser ordinária e tem como item da pauta assuntos internos, com a finalidade de avaliar a repercussão dos pronunciamentos e declarações do Deputado Sérgio Moraes, Relator do Processo de nº 9, de 2009, aberto em desfavor do Deputado Edmar Moreira.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 3ª Reunião. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Moreira Mendes pede dispensa.

Os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Senhores, antes de iniciarmos, quero dar as boas-vindas ao Deputado Roberto Magalhães. Quero dizer que é uma honra e um privilégio tê-lo nesse Conselho. E, ao Deputado José Maia Filho, de igual modo, quero dizer que é um prazer tê-lo aqui. Entendo que é uma hora difícil, mas estamos aqui para cumprir missão e, por isso, parabenizo V.Exas. por estarem aqui neste momento.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esta reunião, conforme foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação internos e externos, tem como objetivo compartilhar uma situação que este Colegiado vem vivendo e sobre o qual decidi ouvir a opinião dos Conselheiros, antes de exercer a prerrogativa regimental que me foi outorgada pelos senhores com a eleição para Presidente deste órgão para o biênio 2009/2011.

Em decorrência das declarações do Relator e dos desdobramentos dos fatos, quase todos os Conselheiros demonstraram desconforto e insatisfação com o ocorrido e passaram a questionar a isenção do Relator e a defender sua substituição da Relatoria do processo.

Nesse sentido, também foram protocoladas na Secretaria do Conselho duas correspondências, a saber: primeira, de 11 de maio, requerimento da Conselheira



Solange Amaral, que requer a substituição do Relator do Processo nº 09/09, Representação de nº 29/09, em trâmite no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados da Câmara dos Deputados; segunda, Memorando de nº 40/09, em que a bancada do Partido Socialismo e Liberdade solicita a imediata substituição do Deputado Sérgio Moraes pelas razões que apresenta.

Antes de iniciarmos os debates, gostaria de dar conhecimento aos nobres Conselheiros do parecer elaborado pela Consultoria Legislativa da Casa a respeito da juridicidade da representação aqui instaurada.

Srs. Conselheiros, não é novidade alguma quando dizemos que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados não é um órgão judicial e, sim, legislativo e que, por consequência, seus processos não são judiciais, não se prendem às estritas amarras dos processos judiciais, porque são processos políticos. Isso todos sabemos, a doutrina consagra, e a jurisprudência dos nossos Tribunais corroboram. Também é um dado inquestionável que o trabalho do Conselho tem natureza judicialiforme, ou seja, nossos processo não são judiciais, mas têm de seguir alguns parâmetros judiciais. Que parâmetros são esses? Basicamente, aqueles colocados pela ordem constitucional vigente como imprescindíveis para a plena realização da Justiça, que, nos casos concretos, são revelados pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Caros pares, recordemos que o Supremo Tribunal Federal, ao votar o Mandado de Segurança nº 25.647 — em que o Deputado José Dirceu reclamava contra a inversão na ordem das testemunhas de defesa e de acusação no seu processo neste Conselho de Ética —, em voto vencedor redigido pelo Ministro Cezar Peluso, concluiu que os processos que concorrem no âmbito deste Conselho de Ética estão obrigatoriamente sujeitos ao devido processo legal, garantia processual arrolada entre os direitos e garantias fundamentais, segundo a Carta Constitucional em seu art. 5º.

E no que consiste esse devido processo legal? José Frederico Marques, reconhecido mestre em Direito Processual de nossas letras jurídicas, escreveu no verbete devido processo legal da Enciclopédia Saraiva de Direito, que:

“O direito de pedir a intervenção do Judiciário consiste, pois, em direito ao devido processo legal, isto é,



ao processo como actus trium personarum e suas diversas implicações essenciais: a garantia do direito de ação de par com a garantia do direito de defesa; a adoção do contraditório processual; a equidistância do juiz no tocante aos interesses em conflito, como órgão estatal desinteressado, justo e imparcial”.

Ou seja, a obrigatoriedade de seguirmos o devido processo legal em nossos processos — obrigatoriedade exigida pela Carta Constitucional e corroborada por decisão do Supremo Tribunal Federal, repita-se —, exige que os Relatores sejam equidistantes, imparciais, em relação aos processos que devem relatar. Por sua vez, essa equidistância, a impessoalidade, é quebrada sempre que o Relator se pronuncia fora dos autos sobre o mérito do processo que tem a examinar, máxime quando a instrução processual sequer teve início. Caso típico de prejulgamento. Por prejulgamento entende-se o julgamento antecipado por pronunciamento prévio acerca da matéria ou questão cuja decisão se lhe seguirá, de certa forma viciando-a.

Tanto esses conceitos estão assentes no Direito, que existe até mesmo a figura da suspeição da parcialidade do juiz no Direito Processual pátrio, e a consequência é o impedimento do juiz. Juiz impedido é aquele sobre o qual existe fundada suspeita de parcialidade em relação a qualquer das partes.

Dando início aos debates, solicito aos nobres conselheiros que manifestem sua opinião sobre os fatos em discussão e sobre os pedidos apresentados pela Conselheira Solange Amaral e pelos Deputados do PSOL.

Inicialmente, darei a palavra à Deputada Solange Amaral para fundamentar o seu requerimento.

Srs. Deputados, vou distribuir cópia do requerimento e da fundamentação da Deputada Solange Amaral, se assim os senhores o quiserem. Quero também avisar que estou abrindo a lista de inscrição para os Srs. Deputados que queiram se pronunciar.

Depois de ouvirmos a Deputada Solange Amaral, darei a palavra ao Deputado do PSOL. Embora não seja do Conselho, S.Exa. tem uma representação aqui e, por isso, é regimental que eu dê a palavra ao Deputado. Depois, então, estão abertas as inscrições.



Para uma questão de ordem, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Não se trata de questão de ordem, Sr. Presidente. Apenas ia indagar se já estava aberta a lista de inscrição. Estando aberta, peço que meu nome seja inscrito para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. está com a lista ao seu lado, Governador.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Nelson, quero agradecer a V.Exa. a presença e também lhe dar as boas-vindas a este Conselho. Fico lisonjeado em tê-lo neste Conselho.

Com a palavra a Deputada Solange Amaral.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento todos os colegas.

O meu requerimento, apresentado no dia 11 de maio, em nome do meu partido, o Democratas, em nome de toda a nossa bancada, já foi distribuído a todos, e são de conhecimento geral os fatos que nos motivam a solicitar, em defesa do Conselho de Ética, a substituição do Relator, o Deputado Sérgio Moraes, nosso colega, Deputado eleito legitimamente, da bancada do PTB.

Não se trata de qualquer questão pessoal — e é muito importante que isso fique claro —, mas o papel do Relator requer, como V.Exa. leu em decisão do Judiciário, imparcialidade, requer o distanciamento necessário a que se possa produzir um relatório. O assunto do Deputado Edmar Moreira, que foi alvo de representação no nosso Conselho, já está sendo tratado pela Casa há bastante tempo. Foi motivo até, primeiro, da substituição da Vice-Presidência; em seguida, da implantação de uma Comissão de Sindicância pela Corregedoria da Casa, uma Comissão de Sindicância formada, salvo engano, por 5 Deputados. E nenhum deles veio a público manifestar qual era a sua crença, qual era a sua ideia, qual era o seu preliminar relatório, até que essa Comissão produziu um relatório muito fundamentado, um relatório com muitas alegações, que adiantou muito o futuro trabalho do Conselho de Ética. Refiro-me ao relatório assinado, em 25 de março de 2009, pelo Deputado José Eduardo Cardozo, em nome da Comissão nomeada pelo 2º Vice-Presidente, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.



Esse trabalho traz inúmeras questões relativas ao fato em julgamento. O que nos trouxe à presença do Conselho, como uma das Conselheiras, a solicitar a V.Exa., que, regimentalmente, é quem tem a prerrogativa da indicação do Relator... O fato é que entendemos, após diversas consultas a muitos colegas — e essa é a questão... Não se trata do preparo, não se trata da índole de cada um, apenas e principalmente a questão da imparcialidade, de quem deve produzir um relatório, ouvir testemunhas, indicar convidados, colher depoimentos, consultar o relatório preliminar da Comissão de Sindicância e, por fim, então, produzir um relatório a partir da posição de isenção, porque só partindo da imparcialidade e da isenção é que se pode produzir um relatório a ser votado pelo Conselho de Ética.

Por isso, Sr. Presidente, preliminarmente, agradecendo muito a oportunidade de manifestar aqui inicialmente a nossa posição no Conselho de Ética, é que reiteramos aqui a todos os nossos colegas a necessidade de que o Processo de nº 09, de 2009, tenha a substituição do Relator garantida por este Conselho.

Preliminarmente, são essas as minhas colocações, agradecendo muito a V.Exa. e a todos os nossos colegas aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por economia processual, vou dar a palavra ao Deputado Chico Alencar, porque quando se fizer a discussão dos requerimentos, então, discutiremos juntos, se não houver objeção por parte dos Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde aos nobres Conselheiros.

Eu já fui membro deste colegiado na Legislatura passada e vivi uma experiência, que, creio, é inédita aqui entre outros colegas, muito dramática, muito forte, muito dura.

Todo sabem como é delicado o trabalho deste Conselho de julgar processos políticos, éticos, que envolvem colegas de representação. Isso não é simples, não é delicado. Todo mundo sabe. Entretanto, o nosso partido decidiu fazer essa solicitação ao Conselho, para sua decisão democrática e soberana, da qual não participarei não sendo membro do Conselho, por zelo com a nossa representação original, que foi feita sem nenhuma satisfação em relação a fatos que entendíamos



questionáveis, praticados pelo Deputado Edmar Moreira, e a representação acabou chegando aqui ao Conselho, a partir da análise da Corregedoria que agregou outros elementos muito substantivos.

A nossa decisão, comunicada ao próprio Deputado Edmar Moreira, era não ter mais nenhuma participação direta. Havíamos cumprido aquilo que era, no nosso entendimento, a obrigação de partido político, com representação na Casa, e agora a matéria tramitaria. O que nos traz aqui? O que nos levou a fazer este ofício?

O Relator, um dos 3 Relatores nomeados, a nosso juízo — tudo está em debate aqui —, manifestou um prejulgamento em relação à questão, o que não é bom, nem saudável, seja para absolver, seja para condenar.

Eu me estribo, Deputado Sérgio — e ontem conversamos no corredor rapidamente, não pude nem lhe adiantar essa nossa definição —, no fato de que a sua liberdade de expressão e de manifestação, como a de qualquer Parlamentar, é sagrada. A imunidade parlamentar que defendemos não é a impunidade para cometer ilícitos, mas a de palavra, a de expressão, a de representação.

Pelo que li, V.Exa. tem dito que, a partir dessas suas manifestações, há uma receptividade muito grande na sua base eleitoral, no seu Estado e até nos aviões. Isso está fora de questão. É evidente que se repercutiu tanto, e há uma leitura negativa do ponto de vista crítico, isso é um direito, seja da imprensa, seja de cada um de nós. Eu, pela minha trajetória — e sei que muitos aqui também —, não pretendo me lixar nem para a opinião pública, que é meio diluída e é um senso comum que se forma em situações muito determinadas, nem para a opinião do público, em especial o público que nós representamos, nem para a opinião publicada. Todas elas, a nosso juízo, devem ser consideradas e analisadas, até para elevar o que possa existir de opinião pública, de opinião dos públicos tão diferentes que este Brasil tem e da opinião publicada, com a qual nos confrontamos muitas vezes num diálogo democrático.

Portanto, se V.Exa. tem uma visão diferente disso, não está em questão. Sinceramente, não é disso que se trata. Mas a nossa leitura é de que este Conselho deve avaliar é de que Relator de processo no Conselho de Ética deve ser como bom juiz de futebol: quanto menos aparecer na partida, melhor.



Ontem, assisti ao segundo tempo eletrizante de um jogo entre o Palmeiras e o Sport de Recife, com todo respeito ao Deputado Roberto Magalhães, e ali o juiz não teve nenhuma relevância, porque foi muito bom. Sim, goleiro que perde o pênalti, tudo bem. Neste caso também. E aí a experiência do Conselho — como disse a Deputada Solange, e eu vivi muito dessas experiências, fugindo da sua condição própria de Parlamentar, que nós adoramos um microfone e a tribuna, e é nossa atribuição mesmo —, quando se recebe um processo no Conselho de Ética — e eu falo na condição de quem já relatou um processo —, a exigência absoluta é da moderação, da cautela e do silêncio até. O pronunciamento tem que ser definitivo no relatório, que, é óbvio, vai ser também apreciado aqui.

V.Exa., e falo com a franqueza e a sinceridade que deve pautar as nossas relações, a nosso juízo, ao dizer que o Deputado Representado era uma espécie de boi de piranha... Eu também tenho raízes rurais e sei bem que o boi de piranha é aquele, em geral, mais magrinho, mais desvalorizado do rebanho, que se coloca à frente para se atravessar um rio que tenha piranhas e bichos violentos, porque aí ele atrai todos os animais ferozes que vão destruí-lo e o rebanho passa tranquilo. É uma categoria de avaliação essa afirmação. Que os 512 Deputados, então, deviam estar neste Conselho por causa desses malsucedidos da chamada crise aérea, do caos aéreo, das passagens aéreas. É uma antecipação de julgamento, que não se coaduna com aquilo que nós consideramos o mais adequado para o procedimento aqui.

Portanto, nós não estamos pedindo o afastamento do Deputado do Conselho, indicado que foi pelo PTB, por mais que os mecanismos de critérios para presença no Conselho devam ser aperfeiçoados. Temos até um projeto de resolução a respeito, mas independe dessa situação aqui. E tão somente, como eu vi até o Relator externar uma opinião de que o relatório, os 3 Relatores seriam afastados, eu entendo que essa é uma decisão boa para o curso da Representação. Digo mais: para a própria defesa do Deputado Edmar Moreira, que seguramente essas afirmações, se a nossa leitura é correta, do Relator principal, não ajudaram o próprio Deputado Edmar, porque — repito e termino — prejudicar, seja para condenar, seja para absolver, nessa condição especial de Relator — não estou retirando, e seria uma pretensão absurda o direito à palavra, à expressão e à opinião nesse e em



qualquer caso, uns sobre os outros, de nenhum Parlamentar —, mas nessa condição especial de Relator foi indevido, inapropriado. E para o curso, como dissemos no nosso singelo memorando, para que a representação tramite com serenidade e tranquilidade, garantindo o devido processo legal judicialiforme aqui no Conselho, é melhor a troca do Relator.

Essa é a nossa argumentação. Não pretendo nem ficar aqui para aferir resultado, ver como votam A, B ou C. Apenas eu cumpri a missão que o partido me designou de fazer o que é próprio da atividade Parlamentar: argumentar com a força do argumento, jamais com o argumento da força, esperando sensibilidade deste Conselho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Chico Alencar.

Esta reunião, conforme foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação internos e externos, tem como objetivo compartilhar uma situação que este Colegiado vem vivenciando em decorrência das declarações do Relator e dos desdobramentos dos fatos.

Por isso, falando nos fatos, preparei uma pasta, para cada Sr. Deputado Conselheiro, de toda a mídia que saiu sobre o Conselho nos últimos dias. Peço aqui a atenção do Conselho à distribuição. Porque aí tem, seguramente, 90% do que saiu nos jornais de Brasília, do Rio, de São Paulo e de outras capitais. Então, para que V.Exas. — já devem ter lido — possam ter conhecimento de tudo que foi aqui.

Portanto...

Outra coisa, Deputada Solange Amaral, fazendo adendo à fala de V.Exa., as conclusões de sindicância foram acatadas, por unanimidade, pelos membros da Mesa, que determinaram o envio de representação a este Conselho aqui recebido com o nº 3.909. Ou seja, a representação neste Conselho não foi dos Deputados do PSOL. O PSOL fez uma representação à Mesa, e a Mesa deu prosseguimento, mandou apurar, fez uma sindicância e mandou uma representação da própria Mesa para este Conselho, e mandando as conclusões da sindicância como peça da sua representação.



Portanto, antes de passar a palavra aos inscritos, pergunto ao Deputado Sérgio Moraes se gostaria de usar da palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu consulto V.Exa. se posso falar por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Questão de ordem, Deputado Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, como a matéria aqui chama muito atenção, é de muita responsabilidade, eu acho que o Relator, ora Relator Sérgio Moraes, ele deveria ter 2 oportunidades, no início e no fim, porque falaram 2 colegas, diga-se de passagem, com muita lisura. Ele tem que falar agora e após os que irão falar, para que a gente tenha um juízo de valor sobre o nosso voto. É uma sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Camarinha, o Deputado Sérgio não é representado. O Deputado está aqui como membro do Conselho e vai falar quantas vezes quiser. Fala agora e fala depois também.

O Deputado Sérgio Moraes é um membro respeitado deste Conselho, foi Presidente deste Conselho, tem.. Porque, como os requerimentos tratam de uma conduta dele, eu darei, em primeiro lugar, a palavra ao Deputado Sérgio Moraes. Mas em outra oportunidade, no final, quando os outros se pronunciarem, se o Deputado Sérgio Moraes quiser usar da palavra, ele terá o direito de usar a palavra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu gostaria de falar em pé. Eu acredito que o som vai pegar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se V.Exa. quiser, eu vou providenciar um telefone sem fio, para que V.Exa...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Fala da mesa, Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ou, então, na mesa. V.Exa. quer na mesa? Quer na mesa, ou prefere fazer... Onde V.Exa. achar melhor, Deputado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, telefone sem fio é temor de grampo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. Microfone sem fio, Deputado. V.Exa. está com...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não... É que eu achei inusitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A secretária do Conselho disse que eu falei telefone. Talvez seja a vivência, pois numa empresa telefônica fui diretor por 9 anos. Um lapso de memória. *(Risos.)*

Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados, Deputadas, obrigada à imprensa. Aliás, a imprensa, nos últimos dias, Pedrinho, tem me dado um espaço a nível nacional que eu nunca imaginei na minha vida que eu teria.

Para alguns, talvez, isso tenha me acuado, tenha me amedrontado, ou tenha feito com que eu tivesse qualquer insônia durante as minhas noites aqui em Brasília, ou lá no Cerro Alegre Baixo, interior de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, onde eu moro com a minha família.

Eu quero dizer aos senhores — e tudo vai ser de improviso, porque eu não sou homem de andar escrevendo para falar, porque pode até demonstrar que eu estou inseguro — que a imprensa se incomodou, Presidente, porque a imprensa, naquele dia, ao me entrevistar, ao jogar as luzes em mim, queria que eu colocasse, de imediato, o Deputado Edmar para ser queimado em praça pública. E eu me recusei e disse que eu ainda não tinha provas para condená-lo. Logo, ao dizer isso, leia-se, então, “absolveu”. Eu desafio quem diga que eu tenha dito que estaria o condenando ou absolvendo. Chega para mim uma menina e diz assim, do meu lado, uma menina até de porte baixo, porque eram muitos: “*Deputado, tem 513 Deputados nesta Casa, só 1 está sendo investigado. O senhor acha que ele é boi de piranha?*” E eu respondo: “*Essa conclusão é sua. Essa conclusão é sua*”. Outro dia: “Deputado



Sérgio Moraes disse que o Deputado Edmar é boi de piranha”. E apanhei uns 2 dias. Aí parei de apanhar. Vocês viram que eu parei de apanhar nos últimos dias?

Marco Borba. Onde é que está o meu doutor? Mostre o gravador aí, Marco Borba. Que santo remédio esse negocinho aí. Me tragam aqui, por favor. Vocês não façam idéia o que este gravador... Isto aqui eu aconselho, isto aqui, para que vocês todos usem, porque no momento em que eu comecei a gravar, a conversa mudou. A conversa mudou.

Fui para a tribuna e disse que ninguém me convenceria a falar aquilo que eu não quero. Então, Deputada Solange, respeito V.Exa. ao dizer que é uma decisão de partido. Aliás, partido esse que vem massacrando o Edmar. Expulsa o Edmar, toma a cadeira do Edmar, faz o que quiser, bota o filho para fora, enfim...

A imprensa me convida para eu confirmar aqui nesta porta, não sei se foi neste mesmo recinto aqui, se era verdade que o Edmar não tinha declarado o castelo no Imposto de Renda. E eu disse: *“É verdade, ele não... nos documentos que eu tenho ele não declarou”*. Mas não declarou porque ele, em 93... E está ali escrito nos autos, e eu li todos eles. Que o castelo havia sido repassado em 93 para os filhos dele. Teria sido um crime grave talvez se ele tivesse feito isso.

Bem, muita gente tem medo da imprensa, e eu não tenho. E isso incomoda a imprensa. E descobri que eu atirei no coração ao dizer para uma repórter, ou para vários, que entre a minha honra, a minha palavra, eu ia falar a verdade, eu não ia seguir confirmando uma história que não era a correta. Pinçaram uma frase, uma frase: *Deputado diz que se lixa para o povo*. E virei manchete nos jornais todos. E aí eu descobri uma coisa, Camarinha: que a única ferramenta que existe para a imprensa é nos assustar, é olhar para o Pedrinho e dizer: *“Pedrinho, olha a opinião pública, olha a opinião pública. Cuida, porque nós estamos aqui na mão, a gente escreve o que quer aqui, e vocês fiquem calados, e nós vamos jogar a opinião pública em cima de ti”*. Aí aparece alguém que diz: *“Entre ficar com a verdade e com a honra e belas notícias em jornal ou televisão, eu prefiro ficar com a minha verdade e com a minha honra e estou me lixando para aquilo que estão escrevendo ou que vão escrever ou que vão formar na opinião pública”*. Então... E assim eu sou.

E o SBT foi para a minha cidade, passou 1 dia na minha cidade, botando o microfone na boca do povo, 120 mil habitantes. E no final do dia, exausto, o repórter



disse para mim e mais 4 pessoas, e é claro que isso não pode ser verdade, mas ele me disse: *“Estou indo para o SBT com um puxão de orelha do meu redator, que não acredita que eu não achei um depoimento contra o Sérgio Moraes e todos a favor”*. Claro que *(ininteligível)*. Deve ter sido uma casualidade tremenda, mas das 10 da manhã até de tardezinha, o sujeito, em 120 mil, não achar nenhum contra! Porque segundo ele, aqui na redação da imprensa, a decisão é de que sejam 2 contra e 2 a favor, não botaram nenhum contra porque não acharam. E sabem por quê? Porque lá, na minha comunidade, o povo me conhece e sabe que eu jamais me dobraria.

Agora vamos falar no que interessa, que é o requerimento.

Sr. Presidente, eles estão na minha casa, lá no interior, fotografando. Eles estão lá, na minha casa! Agora estão lá, na Prefeitura, buscando como se fosse um crime a minha mulher estar licitando, como Prefeita, um automóvel com banco de couro, câmbio automático, etc. e tal. Crime? Estão lá. Amanhã, de certo, vai sair: *Prefeita de Santa Cruz está no pregão querendo comprar*. De certo que ela anda num Volkswagen, num fusquinha de *(ininteligível)*.

Engraçado que foram lá e vão achar isso, mas os 170 quilômetros de pavimentação que eu fiz dentro do meu Município para os carentes, para os pobres, ninguém achou. Os 42 ginásios que eu construí para incentivar o esporte e tirar os meninos da droga, ninguém achou. As 1.500 casas populares que eu fiz, inclusive mais de mil com pneus triturados — fui premiado no Japão —, eles não acharam. São ceguinhos.

Até porque, se falar nisso, Camarinha, vão estar me *(ininteligível)*. É muito melhor chamar dizer que eu: *“Que se lixe a opinião pública”*. Isso é bonito dizer.

Então, quero dizer, Solange, quero dizer Chico, que eu não vou sair da Relatoria não. Peço o voto a vocês, porque seria um absurdo.

Eu me admiro você, do PSOL, defender um negócio desse, porque o PSOL sempre defendeu. E agora já estou começando a pensar que defende quando interessa e quando não interessa já não defende mais. Aliás, algumas demonstrações disso já correram na Casa esta semana.

V.Exa. defender que eu seja retirado da Relatoria... Então isso significa que você está defendendo que a gente bota um Relator, mas ali pelas tantas a gente não está gostando, a gente vai lá e tira e bota outro.



Chico, se o pessoal não gostar do meu relato, vote contra. E aí o Presidente, regimentalmente, vai nomear outro. Agora, no massacre, no pega pelo cangote e atira lá para fora...

O PSOL defendendo isso, Chico? O PSOL defendendo isso?

Então, quero dizer a vocês que mesmo que se eu tivesse entrado naquela reunião e tivesse anunciado o meu parecer, eu estava respaldado juridicamente, porque antes disso foi convocado pelo Presidente José Carlos Araújo e indicado, não sei por quem, 2 advogados que eu não os conheço, falei 10 minutos em toda a minha vida. E um deles — a Terezinha me socorreu — se chama Dr. Theodoro Menck e a Dra. Luciana Peçanha. Dez minutos antes de eu falar, ela disse para mim, ele me disse — não sei se está aqui, se quiser confirmar, confirma —: *“Deputado, eu lhe aconselho a não ouvir mais ninguém. Com as 2 peças que você tem aí é o suficiente. Você já tem isso há 15 dias. Vai ouvir quem?”* Eu disse: *“Não”*. Eu respondi para ele: *“Não vou segurar esse rojão sozinho não. Eu quero saber e quero ouvir”*. E coloquei na pauta, e fiz uma pauta de trabalho e aqui foi aprovada, pedindo que 3 Deputados secretários viessem aqui: o Guerra, o Inocêncio e o Serraglio para dizer para mim, para nós e para a imprensa quais eram as regras antes desse decreto.

Pedi que convocasse o chefe da guarda, da segurança do Edmar, lá de Minas — e está provado em ato, Chico, está aqui na ata. Como está na ata também a minha discordância com a imprensa, porque a imprensa tentou fazer com que eu condenasse o Edmar na porta. E ali já deu o estresse. Na minha primeira fala, aqui na ata que você tem, eu já mostro a minha indignação por querer me obrigar a falar aquilo que eu não queria. Aqui na ata aparecem os nomes inclusive do chefe da segurança; que eu quero saber se o serviço foi realmente prestado. Quero saber se existiam algumas regras. Quero saber do departamento técnico desta Casa se era legal ou ilegal. E, se era ilegal, por que pagou, se foi coagido, se foi ameaçado? Por que, se era um negócio ilegal? O Chefe da Casa vai ter que vir me dizer. E, de repente, vão aparecer outras coisas.

Então, Solange e Chico, se eu disser para V.Exas. que estou feliz com a atitude de V.Exas., eu estou mentido. Não fiquei feliz, não. Fiquei até muito chateado, porque eu não faria isso com V.Exas. Eu não faria. Mesmo que meu



partido me mandasse, eu não faria, porque eu tenho a hombridade de vir aqui dizer, e até dizer aquelas coisas que têm que ser ditas.

Então, estou pronto para... Ô Mica, me traz o casaco aí. Me traz o casaco aí.

Chegaram ao ponto de, em rede de televisão, em âmbito nacional, metade da entrevista, metade da frase eu falei com este casaco e a outra metade com este. (*Mostra casacos.*) Mas como é que eu consegui trocar o casaco assim tão ligeiro, gente? Matéria ditada, Presidente, para nos atirar todos no fogo, para me encurralar. Mas eu não vou me encurralar, não. Eu não vou me encurralar. Eu vou ficar firme aqui.

Então, peço aos senhores. Se tiver que condenar o Edmar, eu vou condenar. Mas se tiver que absolver, eu vou absolver. E não vai ser a imprensa que vai cantar para mim as regras deste jogo.

Então, eu peço a V.Exas. que pensem nisso, especialmente o Chico. Eu achei que ele estaria de braços dados comigo, até porque comeu uma corda também, na semana passada, da imprensa, e garanto que disse que era mentira da imprensa. Agora, quando eu falo, é verdade. Ou V.Exa. concorda com tudo aquilo que a imprensa escreveu a seu respeito? Concordou com tudo? Aí era mentira quando a imprensa falou de V.Exa. Agora, quando é de mim, a imprensa falou a verdade. Então, Deputado Chico, V.Exa. me surpreendeu. Mas há tempo. Todo homem erra, decerto eu errei. E peço desculpas se foi pinçada aquela única frase: *"Estou me lixando para a opinião pública"*. Não foi. Ninguém chegaria e chamar os jornalista para dizer: *"Olha, Quero que se lixe..."* É evidente que eu fui provocado. É evidente que deu um debate, é evidente que houve frases e palavras antes e depois. Mas isso foi tudo para o lixo, o que interessa é aquela frase.

Então, eu quero pedir desculpas de novo para os pares. A frase não foi boa. Foi uma frase acalorada, infeliz. Agora, não a retiro. Peço desculpas porque eu não disse para a população, nem para os Deputados. Eu disse foi para a jornalista, inclusive falei para ela: *"Pode escrever o que tu quiseres aí, porque o que tu escreves ninguém acredita mesmo, continuam me elegendo"*. Isso é verdade.

Então, gente, eu volto a falar, se for necessário. Mas chegou ao cúmulo de eu aparecer em rede nacional falando com 2 casacos. É uma mágica agora: a gente



está de casaco, falando, aí dá um *click* na TV, e o cara aparece com outro casaco, meu Deus! Por que não deram seguimento naquilo que falei!

Então, eu fico em silêncio. Coloco-me de novo no meu cantinho lá. E os senhores falem e julguem como quiser.

Muito obrigado, Presidente. Peço desculpas aos colegas, aos amigos. Perdoem-me se eu exagerei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, no momento devido, inscreva-me, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. está inscrita.

Quero agradecer ao Deputado Sérgio Moraes.

O primeiro inscrito é o Deputado Moreira Mendes. (*Pausa.*)

O Deputado Moreira Mendes não se encontra neste instante. Vou inverter a ordem dos inscritos.

Com a palavra o Deputado Roberto Magalhães.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Exmo. Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, eu, logo que cheguei aqui, não pela primeira vez, mas pela terceira, que foi na Legislatura passada, o Líder da bancada me designou para fazer parte deste Conselho. Tomei posse. Menos de uma semana depois, fui convocado, e fez-se aqui o ato de indiciamento do Deputado Roberto Jefferson. Eu Assinei o ato, como todos os outros membros, em seguida procurei o Líder e disse: *"Líder, eu não posso continuar no Conselho de Ética porque fui do partido de Jefferson. Afastei-me porque ele fez uma declaração na Folha de S.Paulo, que não era verdade, e procurava simplesmente desautorizar a mim e a um outro colega que era candidato a Prefeito na cidade do Recife"*.

E por que fiz isso, Sr. Presidente? Porque não me senti devidamente isento para julgar Roberto Jefferson. E mais, como ele é um homem, tem seus defeitos, mas tem suas qualidades, e é muito corajoso, nós íamos tumultuar a CPI, porque ele ia querer fazer comigo o que fez lá no Senado. E eu só acredito porque vi. Chegou lá para ser questionado, levou não sei quantas pastas e disse: *"Aqui eu tenho a prestação de contas de todos os Srs. Senadores que estão aqui. E quero dizer que, se preciso, vou abrir"*. E não houve um que dissesse: *"Abra a minha"*. Eu mandaria abrir, eu mandaria abrir. E eu não sei como terminaria aquela sessão.



Então, essa é a minha maneira de ser, esta é a minha formação. Eu não estou aqui para condenar ninguém. Até porque não há aqui, no requerimento da Deputada Solange, nem no requerimento do PSOL, nenhum pedido de penalidade ao Relator Sérgio Moraes. Nenhum. Não se pede nenhuma penalidade. Apenas se argui a falta de isenção, a insuspeição para continuar processando aquela representação.

E V.Exa., que trouxe aqui um belo parecer de sua consultoria jurídica, veja que ele fez partir a sua fundamentação do Judiciário, do Judiciário. V.Exa. falou... O parecer fala, inclusive, no princípio do devido processo legal, art. 5º, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no inciso LIV, que diz: *"Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal"*.

O processo legal é um princípio constitucional que domina toda a processualística do Código Penal, do Código Civil, dos processos administrativos, inclusive dos processos disciplinares parlamentares. É um princípio constitucional.

Então, Sr. Presidente, convidado pelo Líder para retornar a este Conselho... Eu nem pretendia voltar, porque para mim foi uma decepção o procedimento nesta Casa, durante o chamado mensalão, em que houve acerto de partidos para que eles, nesse acordo, assumissem o compromisso de que não votariam pela cassação de nenhum dos membros desse partido, o que decretou a falta de *quorum* para se punir quem quer que fosse.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Qual o partido?

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Não vou dizer. Todo mundo sabe.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Tem que dizer!

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Não, não vou dizer o partido. Não sou obrigado a dizer o partido.

Então eu não queria voltar, mas ele me fez um apelo e eu voltei. E não voltei aqui para desfeitear ninguém nem diminuir ninguém, não. Vejam o que escrevi em defesa do requerimento da Deputada Solange. Vejam bem, Sr. Presidente, preocupado que contestassem a sua autoridade para decidir essa matéria — que eu acho que é sua competência. V.Exa. quis ouvir o Plenário, é um direito seu e não cabe críticas.



Veja como eu estou aqui procurando ser apenas um observador que vai-se pronunciar juridicamente: *"Designação e substituição de Relator no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Competência do Presidente do Colegiado. Ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compete a designação de relatores e relatores substitutos nos processos sob exame deste órgão."*

Isto resulta, claro, do art. 4º do regulamento deste Conselho, que assim dispõe:

"4º Ao Presidente do Conselho, além do que lhe for atribuído neste regulamento, compete, no que couber, as atribuições conferidas aos Presidentes de Comissão pelo art. 41 do Regimento Interno."

Os Presidentes de Comissão — eu fui Presidente da Comissão de Justiça —, eles podem designar e eles podem destituir os Relatores de qualquer processo pela mera conveniência.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Em que caso?

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Qualquer um. Se demorar a devolver, se achar que o comportamento dele não é o esperado, e assim por diante.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Prerrogativa...

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Eu tenho 4 mandatos, e, evidentemente, tenho experiência mas não quero ser melhor que ninguém. Ninguém aqui está proibido de discordar de mim. Estou aqui cumprindo uma missão a mim dada pelo Líder, missão que jamais pleitearia mas que faço por um dever. Porque meu partido considera, Sr. Presidente, que se este Conselho não mantiver uma linha de isenção que possa ajudar a restaurar a imagem da Câmara e do Congresso perante o País, está faltando ao seu dever e está traindo o seu mandato popular.

Por sua vez, o Regimento Interno da Câmara em seu art. 41 determina o seguinte:

"Art. 41. Ao Presidente de Comissão compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento, ou no Regulamento das Comissões:

.....



VI - designar Relatores e Relatores-substitutos e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer, ou avocá-la, nas suas faltas;"

Deve ser considerado ainda o § 3º do art. 7º do regulamento deste Colegiado que prevê expressamente a competência do Presidente do Conselho para, "*§ 3º No caso de impedimento ou desistência do Relator, o Presidente do Conselho designará Relator Substituto na sessão ordinária subsequente*".

No caso do comportamento do Deputado Sérgio Moraes, *data venia*, Relator do Processo Disciplinar nº 9/09, ficou publicamente caracterizado o impedimento do mencionado Relator. Na verdade, antes mesmo de iniciar a instrução do processo, o Relator fez declarações à imprensa antecipando a sua opinião favorável ao indiciado.

Se alguém quiser contestar, conteste os jornais, a mim não pode, porque está tudo publicado e está aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu contestei.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Pois é, e eu não contesto, porque eu li vários jornais. Não é possível que tenha havido um conluio nos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Roberto Magalhães.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - É o tempo, não é, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. V.Exa. está com a palavra e eu peço ao Deputado Sérgio Moraes que não interrompa a palavra do Deputado Roberto Magalhães. V.Exa. já foi Presidente e sabe que estou usando a prerrogativa de Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Ora, este procedimento de antecipar antes da instrução o conteúdo, um possível posicionamento a favor do indiciado, em que isso implica? Que o procedimento revela falta de requisito essencial para quem tenha a responsabilidade de presidir um processo disciplinar, que é o da isenção.

V.Exa. citou aqui no parecer alguns exemplos do Poder Judiciário. No Judiciário, o mais humilde dos réus, no processo civil e penal, pode entrar com um



procedimento de exceção, alegando suspeição. Ora, se os juízes, desembargadores e quem seja podem ser objeto desse tipo de procedimento, por que não o pode um membro deste Conselho, ou um Deputado qualquer que esteja em alguma Comissão, uma CPI ou o que seja?

Em decorrência, entendo que o Deputado ficou impedido de prosseguir na condução do processo, impondo o seu afastamento da Relatoria.

Aqui ninguém veio para querer cassar mandato, nem mandato parlamentar, nem mandato administrativo. Ninguém veio fazer isso aqui. Nós queremos apenas que S.Exa. não seja o presidente de um processo em que, no nosso entender... E o Deputado tem o direito. Assim como ele tem o direito de dizer da imprensa o que quiser, se for na função parlamentar, e não é crime, assim também nós temos o direito de interpretar os fatos, sobretudo quando se trata de matéria jurídica.

Concluindo, Sr. Presidente: *"Em decorrência, ficou impedido de prosseguir na condução do processo, impondo-se o seu afastamento da Relatoria, a fim de que não seja atingida a credibilidade deste Conselho de Ética."*

Ninguém pode acreditar no Conselho de Ética se houver suspeição de qualquer um que seja, qualquer um de nós que possa ser suspeito de falta de isenção e de favorecimento de qualquer das partes.

Concluindo: Sendo o afastamento do Relator ato da Presidência deste Conselho, apelamos para o nobre Deputado José Carlos Araújo, Presidente deste órgão, que assim proceda, atendendo ao requerimento já apresentado pela Deputada Solange Amaral, do Democratas do Rio de Janeiro, membro titular deste Colegiado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito obrigado, Deputado Roberto Magalhães.

Com a palavra o Deputado José Maia Filho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados deste Conselho de Ética, eu, que sou Deputado do Democratas — e o requerimento é de autoria da Deputada Solange Amaral, do nosso partido —, quero dizer ao Deputado Sérgio Moraes que me sinto aqui muito tranquilo, mesmo com a orientação do partido, mesmo com uma certa pressão que a imprensa esteja



conduzindo esse seu processo, para dizer até que fiquei admirado com a sua tranquilidade, com as suas colocações.

Eu poderia até dizer que — V.Exa. permanecendo Relator, e se o relatório fosse um relatório que nos comprovasse isenção — eu votaria com muita tranquilidade no relatório de V.Exa.

Nós entendemos como a imprensa trabalha, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. A imprensa sempre procura a notícia, o espetacular, o escândalo, aquilo que vende. Até um jornalista me fez um comentário de que se um cachorro morder um cidadão, é um ato que não vai ter atenção da imprensa. Mas se o cidadão morder o cachorro, aí evidentemente a imprensa vai atentar para aquele fato. E é natural que se procure de fato aquilo que não está dentro da normalidade para se dar uma divulgação.

E é natural e normal também que, no caso do Edmar, tenham acontecido alguns exageros, algumas especulações, alguns sensacionalismos, como, evidentemente, no seu caso.

Hoje mesmo eu vi um jornal — não lembro — em que a matéria dizia que havia um questionamento na verba indenizatória de V.Exa. E, quando eu fui ler a matéria, apenas dizia que V.Exa. adquiria o combustível, que todos nós adquiriríamos, no mesmo posto em que a esposa de V.Exa. também adquire, através da Prefeitura. Não há nada de anormal, nada fora do comum.

Mas eu entendo tudo isso, Sr. Presidente, e não é intenção nossa desta Casa começar uma guerra aqui do Poder Legislativo com a imprensa: a gente começar a bater na imprensa, e a imprensa começar a perseguir e bater nos Deputados, até porque quem segura a democracia, a força das instituições, é o Poder Legislativo e a liberdade de imprensa.

Na hora em que se vai começar uma ditadura, a primeira coisa que o ditador faz é fechar o Congresso e calar a boca dos jornalistas.

Mas eu queria fazer aqui uma reflexão no que é que eu me embaso para ser de acordo e favorável ao requerimento da Deputada Solange Amaral. Vamos dizer que há um julgamento na Justiça, no Poder Judiciário, e o Relator daquele julgamento, que já está nas ruas, já está na mídia, começa a se manifestar através dos meios de comunicação, antes de ter concluído seu relatório, dizendo que iria



conduzir da forma que ele achasse prudente, que não estava nem aí para a opinião pública, e, de certa forma, insinuando defesa pelo réu desse determinado processo.

Será que não geraria para a sociedade uma intranquilidade de que aquele processo não poderia ser acometido de algumas influências? Será que, se o Sérgio Moraes fizer um relatório condenando o Edmar, não se vai dizer que ele ficou acuado, ou vice-versa? Será que esse processo vai correr tranquilo, depois do tumulto que hoje já está? Será que não seria mais tranquilo ou melhor para se julgar com mais serenidade o caso do colega Edmar, com toda isenção, se não houvesse uma substituição do Relator? Será que não havia um reconhecimento de todos nós que esse seria o melhor caminho, sem jamais... E essa não era a intenção da Deputada Solange Amaral, porque conversou comigo antes desta reunião, nem do nosso Governador, Deputado Roberto Magalhães, se está condenando, como muitos estão, o Sérgio Moraes.

O único questionamento aqui colocado foi da antecipação da especulação dos fatos que não condizem com a liturgia do cargo de Relator aqui neste Conselho.

É por isso, Deputado Sérgio Moraes, que eu aqui, perante todos os colegas deste Conselho, hoje assumo que defendemos o requerimento da Deputada Solange Amaral para que, a partir de então, possamos trabalhar de maneira isenta, e dar à sociedade brasileira uma resposta tão esperada, nesses casos em que se especula desvio de conduta, aqui dentro da nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Srs. Deputados, existem inscritos ainda: a Deputada Solange Amaral, o Deputado Wladimir Costa e o Deputado Chico Alencar, além do Deputado Moreira Mendes, que não estava... Indago a V.Exa., Deputado, se gostaria de falar agora ou depois. V.Exa., como era o primeiro inscrito...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não membro pode usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como?



O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não membro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pode usar sim.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Então, eu gostaria que V.Exa. me inscrevesse: Pedro Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pode inscrever-se. V.Exa. será ouvido depois do Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Moreira Mendes com a palavra.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, senhores membros deste Conselho, inicialmente eu quero pedir desculpa por ter me ausentado. Outro compromisso na Comissão de Fiscalização me impediu de permanecer aqui.

Mas não podia deixar de me manifestar aqui, nesta tarde, primeiro, para hipotecar solidariedade a V.Exa., neste momento de dificuldade, diante desses fatos todos já aqui anteriormente narrados. Em segundo lugar, para deixar também aqui manifestamente clara a minha posição a respeito do assunto.

Eu tenho dito que talvez, de todas as nobres funções que um Deputado exerce aqui na Casa, nas suas diversas Comissões, nos seus diversos órgãos, talvez a de maior responsabilidade é a que exige do Parlamentar uma grande dedicação e o esforço, inclusive pessoal, porque aqui nós somos obrigados a fazer juízo dos nossos pares, exatamente no Conselho de Ética.

Por isso é que eu entendo que, na medida em que o ilustre Deputado Sérgio Moraes, por quem eu tenho o maior respeito, a maior consideração... Inclusive falei com ele há pouco, antes do início aqui das nossas atividades nesta tarde. Penso que, ao antecipar, de alguma forma — pelo menos isso ficou claramente demonstrado por tudo aquilo que a imprensa divulgou nos últimos dias relacionado a esse fato —, eu não tenho dúvidas de que houve uma antecipação da opinião pessoal do Deputado a respeito do assunto, sobre a sua relatoria, o processo instaurado aqui, no âmbito deste Conselho, contra o Deputado Moreira.

Então, como a missão do Relator é quase que equiparada à de um juiz, que tem sob os seus ombros a responsabilidade de ouvir todo o conjunto de provas de um processo e, ao final, proferir uma decisão com isenção, na medida em que ele



antecipa o seu pensamento, sem que este juízo tenha sido formado através da ouvida das testemunhas — que ele próprio requereu minutos antes aqui, na semana passada, todo o roteiro das provas que pretendia produzir —, penso que a participação dele como Relator não é conveniente para este Conselho.

E isso não significa, em absoluto, desconsideração à pessoa do Deputado, à sua importância aqui dentro deste Conselho, ao seu conceito, absolutamente. Mas acho que nós devemos acolher aqui o requerimento, os 2 requerimentos — parece-me que são 2 requerimentos que foram apresentados —, no sentido de que haja uma substituição.

Se não houvessem sido apresentados os 2 requerimentos, eu aqui de público faria hoje o pedido da substituição, repetindo que isso não é nenhum desdouro ao Deputado Sérgio Moraes, mas é uma necessidade para se dar lisura ao procedimento, para que não pare nenhuma dúvida sobre a decisão que este Conselho vai ter que tomar relativamente ao caso que está sob análise aqui, que é do Deputado Edmar Moreira.

Então, Sr. Presidente, para encerrar a minha participação, quero dizer que, se nós temos cuidado com as nossas atividades, se o temos, no desempenho aqui, em todas as Comissões por onde passamos, este Conselho exige de nós muito mais cuidado, muito mais atenção nas tarefas que nos são colocadas como atribuição aqui dentro.

Então, eu quero já antecipar aqui a minha posição favorável aos requerimentos, no sentido de que essa Presidência... e é prerrogativa do Presidente a substituição do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Solange Amaral.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, quero deixar claro aqui o nosso respeito ao mandato do Deputado Sérgio Moraes. Mas V.Exa. e muitos de nós não temos isenção em relação a todos os assuntos, Deputado Sérgio. Diversos assuntos as pessoas não têm isenção para tratar. Aqui, agora, ainda há pouco, V.Exa. defendeu o Deputado Edmar em relação aos fatos ocorridos no partido dele. V.Exa. o defendeu. V.Exa. lá não estava. Os fatos aconteceram no



âmbito do Democratas na tarde do dia 1º de fevereiro. V.Exa. aqui o defendeu, disse que ele foi massacrado pelo Democratas.

Portanto, ficou claro, mais uma vez para mim, fiquei convencida de que é necessária isenção. É disso que se trata, como disse aqui o Deputado Moreira Mendes, o Deputado Maia Filho e, brilhantemente, o Deputado Roberto Magalhães, o Deputado Chico Alencar, todos os que me antecederam. Não se trata de qualquer desdouro em relação a V.Exa., mas a condição da isenção, do julgamento imparcial, do relatório imparcial, da apresentação do seu convencimento, V.Exa. demonstrou aqui, minutos atrás, que não tem essa isenção. V.Exa. não estava lá na reunião que aconteceu, do Democratas com o Deputado Edmar Moreira, que se negou a ter seu nome apontado pelo partido. Ele não colocou o nome dele em relação à bancada. E veja, como eu sou do Democratas, eu estou impedida e fui a primeira a recorrer ao Presidente e dizer: *“Presidente, eu sei que não tenho condições de ser isenta em relação a esse caso”*.

Então, Deputado Sérgio, V.Exa., quando dá essas declarações à imprensa de que está se lixando, de que não se importa com a opinião pública, *“bate que eu me reelejo”*, V.Exa. não está falando como o Deputado Sérgio Moraes, V.Exa. está falando investido da função de Relator. Foi por isso que V.Exa. foi chamado a ser entrevistado. Quando V.Exa. diz que o nosso colega representado seria um boi de piranha, V.Exa. não o chamou de águia, V.Exa. não o chamou de leão, V.Exa. não o chamou de... Chamou-o de boi de piranha, que é uma figura da vítima, que é usado de maneira muito perversa para viabilizar todos os outros.

Honestamente, estou absolutamente convencida — e a própria existência desta reunião demonstra isso — de que não é o melhor para a existência do Conselho, não é o melhor para o bom resultado isento do caso do Deputado Edmar Moreira... Veja como se comportaram os colegas na Corregedoria. Ninguém saiu dando opinião, ninguém saiu se manifestando; foram trabalhar e se debruçar sobre os fatos.

Portanto, a própria existência desta reunião demonstra que não é a melhor solução para o tratamento deste caso importante, como este Conselho de Ética já recebeu outros, ter V.Exa. na Relatoria. Eu participo do Conselho de Ética há muitos anos. V.Exa. foi o Presidente do Conselho de Ética após o falecimento do Deputado



Ricardo Izar. E nós trabalhamos juntos, mas neste momento, Deputado Sérgio, não se trata das qualidades de V.Exa., trata-se da não condição de isenção e de imparcialidade aqui demonstrada minutos atrás. V.Exa. não possui, neste caso, isenção ou imparcialidade para tratar dos fatos que envolvem a representação relativa ao Deputado Edmar Moreira.

Obrigada, Sr. Presidente, obrigada, meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputada Solange Amaral.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu só retomo a palavra porque o Deputado Sérgio, na sua argumentação, fez referências, e este diálogo é fundamental. Quero reiterar que todos nós, com mandato de representação, temos que lidar quotidianamente com as opiniões — no plural — do nosso público, daqueles que nos elegeram.

Não tenho dúvidas da sua popularidade na sua cidade, na sua região, no Rio Grande do Sul. Cada um tem um estilo de fazer política. O sistema eleitoral e político no Brasil permite modos e modos de exercer essa representação. A opinião do público, portanto, conta, a opinião dos públicos. A opinião pública, ela se forma eventualmente em determinados contextos. E aí ela se fixa corretamente ou não, de acordo com a nossa avaliação, em pontos muito emblemáticos. Eu tenho certeza, por exemplo, de que a opinião pública foi contra a liberação imediata do Dr. Daniel Dantas por decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, decisão da Alta Corte, ou de um membro dela. Ali havia uma opinião naquele momento contrária. A mesma opinião pública pode querer a pena de morte e, com isso, respaldar até eventuais injustiças. Mas é obrigação do Parlamentar relacionar-se com ela.

Por fim, a propósito do que o colega disse até diretamente a meu respeito, existe a opinião publicada, que em geral é de editoriais, da grande imprensa, seja na televisão, no rádio, nos jornais, são as notícias veiculadas. Nós também, na sociedade de massa da informação, temos que ter uma relação com esse ambiente, que, aliás, se não existisse, provavelmente só na *Voz do Brasil* a nossa audiência seria ínfima e muito chata, por sinal.



Então, a cobertura é inevitável. Quando o Senado anunciou que, para se indagar sobre sua estrutura interna, ia exigir um questionário antecipado, eu achei um absurdo. Nós estamos sujeitos a isso. Eu também já tive dificuldades e fiquei aborrecido com determinadas notícias que considerei injustas. O que eu fiz? Ao invés de generalizar ou dizer que estava me lixando para a opinião publicada, eu tratei de tentar responder. Tive cartas de respostas que foram publicadas por alguns órgãos, outras não. Reportei-me a algumas colunas, explicando, em algumas tive êxito, em outras não. É uma briga permanente, é uma luta que é própria do nosso mandato, é da natureza. Nós que estamos na cena pública vivemos essas dificuldades.

Eu entendo que esse barulho, que V.Exa. até dentro do Conselho disse que não queria corretamente em relação a qualquer processo tramitando aqui, foi ocasionado principalmente por uma atitude de V.Exa., que foi aqui, saúdo isso, considerada uma frase infeliz, embora não a retire, exageros... Mas a verdade é que a essência da coisa está nisso. O Relator, que, creio, não compartilhou com os outros 2 Relatores essas impressões iniciais, já fixou uma pré-posição ou não? Eu continuo considerando que sim. A decisão será deste Conselho, será do Presidente. Mas, vejam, num jornal até do seu Estado, a partir de um material que recebeu do próprio Conselho, o senhor declara: *“O Edmar tem que ser jogado na fogueira,”* — com esse movimento que o senhor avalia que está havendo de massacre contra o representado — *“e alguém quer que eu assine esse negócio. Não vou assinar. Querem que eu assine tentando moralizar a Casa com a possível cassação de Edmar”*.

Já adianto que uma reforma de infraestrutura, com base na austeridade e na transparência, é fundamental. Esse processo não tem a ver com moralização da Casa. É um processo regular no Conselho de Ética, que já existia, e similares a ele já existiram muitos outros antes.

Mas eu continuo entendendo que houve da sua parte, ou há da sua parte, um prejulgamento proclamado. É claro que todo mundo tem a sua subjetividade. O meu querido amigo Augusto Boal, que já foi Vereador, quando alguém lhe dizia *“seja objetivo”*, ele dizia o seguinte: *“Impossível, eu sou um ser humano! Eu sou sempre objetivo e subjetivo”*.



Eu não tenho dúvida de que V.Exa. tenha uma apreciação já subjetiva deste caso. E é um direito de qualquer um de nós. Mas o externar publicamente, para nós outros aqui, foi demasiado evidente e até reiterado. Portanto, é nesse sentido. Não é um deslustre a sua posição, nenhum comentário crítico sobre a sua atuação política. Isso não nos interessa neste caso aqui. Não estamos disputando votos PSOL/PTB no Rio Grande do Sul. Não se trata disso, absolutamente. E nem mesmo é uma avaliação do papel da imprensa, que reputo importante e para o qual temos que ter sempre uma leitura crítica também.

Mas, neste caso especificamente, houve demasias, e essa condição da isenção e da serenidade, não vou dizer nem da neutralidade, para o bom curso do processo, ficou, na minha modesta avaliação e da nossa pequena bancada, comprometida. Esse é o sentido.

V.Exa. disse que ficou magoado e surpreso negativamente com esse ofício, com esse pedido de sua retirada da Relatoria, e disse que, na situação inversa, jamais faria isso. Eu fiquei pensando, com franqueza de novo: na situação inversa, reconhecendo que eu tivesse cometido exageros e demasias e de alguma maneira dado a entender, pelo que todos os jornais dizem, declarações entre aspas, não é o que a jornalista perguntou ou o que o jornalista induziu a dizer, essa condição de isenção ficaria comprometida. Pois eu, nesse caso, pediria para sair dessa Relatoria, porque, até pelo que eu tenho lido também, ninguém quer aceitar, é sempre um fardo. Não é bom ser Relator. Eu já fui de um caso razoavelmente fácil, tão fácil que o representado foi condenado aqui a perder o mandado, largamente. O voto secreto o absolveu em plenário, na legislatura passada. Mas, de toda forma, é sempre desagradável.

Eu, nessa condição — e esse embate mesmo já revela isso —, pediria para sair tranquilamente, e aí manifestaria a minha opinião no momento oportuno dentro do processo. Portanto, está mantida a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Srs. Deputados, agora seria a vez do Deputado Wladimir Costa, que pediu a inversão com o Deputado Abelardo Camarinha. Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, só um detalhezinho. Deputado Sérgio, o senhor falou daquela tese, ilustrou bem, dos 2 paletós. Eu não vi



a matéria, aliás, não vi nenhuma matéria a respeito, mas também já aconteceu comigo de fazerem uma entrevista da atualidade e se reportarem a uma outra situação pretérita passada, em que eu falava sobre assuntos similares. Há uma edição, mas não necessariamente, com essa edição, está querendo se sacrificar a verdade. Não sei se foi o caso, mas suponho que não haveria um primarismo tão grande de uma rede de televisão para forjar uma declaração que não é atual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, neste instante, o Deputado Abelardo Camarinha pede para fazer a inversão e cede a palavra ao Deputado Pedro Fernandes, do PTB.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu peço a atenção dos senhores membros do Conselho de Ética. Eu não vim com essa intenção de falar, mas, depois de ouvir os Srs. Deputados, eu me lembrei, agora, quando Sérgio Moraes assumiu este Conselho de Ética, a polêmica que ele causou. E quase o tiram da Presidência, fazendo-o cumprir um prazo não regimental, mas exigindo. Eu acho que os senhores estão lembrados disso.

Eu fiquei um pouco preocupado, pois li na imprensa que o Presidente que eu conheço, o José Carlos Araújo, um homem sereno, teria declarado que iria tirar o Sérgio Moraes da Relatoria. Está no jornal. E eu não acredito que V.Exa. disse isso, porque, senão, faltou... sem ouvir a pessoa.

Eu me preocupei muito aqui. Tenho um carinho todo especial, uma admiração muito especial pelo Governador Magalhães, e eu pergunto: o DEM não está com isenção para julgar esse Deputado que eles tiraram? Imaginem como fica o DEM! Imaginem como fica o DEM se o Edmar Moreira for absolvido pelo Conselho de Ética! Que injustiça eles cometeram na expulsão!

Eu estou vendo de fora. Eu não estou julgando. Eu não participei da reunião lá do DEM. Eu conheço o DEM, tenho o maior carinho e deixei muitos amigos no PFL.

Recentemente, no plenário, a *Rede Globo* pinçou uma frase minha e ficou repetindo no final de semana, quando eu disse que eu daria as minhas passagens da maneira que eu quisesse dar. Mas não disse que eu culpei a Mesa, que é a culpada daquilo. A Mesa da Casa nunca deu mais do que 4 passagens para os



Deputados, só que, por incompetência, ela dava o valor cheio. Devia dar o valor menor.

Quem não sabe que, em legislaturas passadas, no final do ano, nós recebíamos meia cota de passagem aqui? Para quê? Em vez de ficar com o saldo, a Mesa dava mais meia cota — os Deputados mais antigos sabem disso. Mas não disseram o que eu disse: que a Mesa da Casa — não só essa, mas todas, desde que eu estou aqui, há 10 anos — é incompetente administrativamente, porque desses escândalos que estão acontecendo na Casa, muitos são por culpa dos membros da Mesa, que, quando querem cargo, oferecem DAS para a maioria dos Deputados votarem neles. É ou não é verdade isso? Mas não, pinçaram só que eu tinha dito que eu distribuía da maneira que eu queria.

Eu tenho opinião até divergente do Sérgio Moraes no caso Edmar Moreira, mas acho que este Conselho fará uma grande injustiça a esse Deputado, que é um homem correto dentro do meu Partido — eu quero dar esse depoimento aqui —, um Deputado de toda hora. Agora, tem os seus, como todos nós temos os nossos, arroubos. Isso é natural. Mas o máximo que este Conselho poderia fazer seria talvez solicitar ao Deputado Sérgio Moraes que deixasse a relatoria da Casa.

Mas eu fiquei chocado ao ler no jornal que o Deputado José Carlos Araújo teria dito lá na Bahia que iria tirar o Sérgio Moraes da relatoria. Eu não acredito nisso, pelo homem que eu conheço. Mas a imprensa publicou. E ela publica na edição aquilo que ela faz. Eu não sou contra, tanto é que eu disse, eu acho que a imprensa está aí para isso. Eu fiz outro dia um curso de mídia e, um grande jornalista, a primeira coisa que ele disse foi a seguinte: *“Jornalismo é separar o joio do trigo e publicar o joio”*. Nada contra. Não me importo.

E quero dizer a V.Exa., José Carlos Araújo, que eu tenho medo da imprensa, tenho medo da opinião pública, obedeço à opinião pública, não sou igual ao Sérgio Moraes, não. Agora, acho que nós vamos fazer uma grande... daqui a pouco eles vão dizer... e V.Exa. outro dia foi bombardeado injustamente, injustamente, por presidir a Casa, por dar uma opinião. Eu acho que nós temos que pensar nisso.

Acho que talvez uma conversa com o Sérgio Moraes, de Presidente para Relator... Assim como V.Exa. o escolheu, eu acho que daria para conversar e —



quem sabe? —, deixar... Mas não se colocar em uma posição dessa, constrangedora. É a minha opinião.

Agora, lamento profundamente aqui que o DEM está falando na isenção do Sérgio Moraes e está fazendo a mesma coisa, porque o DEM não quer a absolvição de Edmar Moreira. Esse é o meu pensamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Pedro Fernandes, cabe um esclarecimento a V.Exa.

Eu liguei para o Deputado Sérgio Moraes na última quinta-feira e comentei com ele os últimos acontecimentos. O Deputado Sérgio Moraes me disse que iria cair de pé, que ele não deixaria a relatoria em hipótese nenhuma.

Mas, se é por falta de apelo, eu faço, nesse instante, um apelo ao Deputado Sérgio Moraes. Eu disse na minha entrevista que era insustentável, era insustentável o Deputado Sérgio Moraes como Relator. Não pelas condições morais do Deputado Sérgio Moraes, pela competência do Deputado Sérgio Moraes, pela lisura e pelo trabalho que fez neste Conselho, mas, pelas declarações que deu referentes a este caso, ficou insustentável, na medida em que o Deputado Hugo Leal e o Professor Ruy Pauletti ficaram incomodados, porque os 2, quando eu nomeei aqui, esse Conselho todo sabe que eu nomeei uma Comissão, Deputado Sérgio Moraes, Professor Ruy Pauletti e Hugo Leal.

Posteriormente, designei o Deputado Sérgio Moraes, mas dizendo claramente que era tripartite, embora fosse assinado pelo Deputado Sérgio Moraes, os outros 2 Deputados fariam parte do seu relatório. E os 2 Deputados, Hugo Leal e Professor Ruy Pauletti, sentiram-se incomodados porque não foram consultados em nenhum depoimento que foi dado pelo Deputado Sérgio Moraes.

Portanto, quero dizer a V.Exa.: eu não disse que iria tirar o Deputado Sérgio Moraes da Presidência. Não disse! O que eu disse foi que eu iria dissolver a Comissão porque os 2 Deputados, Hugo Leal e Professor Ruy Pauletti, mostraram-se incomodados, sem vontade de continuar. Aliás, já devia tê-lo feito desde a hora em que me sentei aqui. E o farei, dissolverei a Comissão. Mas tenho certeza de que essas explicações atenderam ao anseio de V.Exa..

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Abelardo Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, Deputado José Carlos Araújo, oradores que me antecederam, imprensa presente, Sérgio Moraes, Deputado do Rio Grande do Sul, eu acho que hoje aqui, nesta tarde, tivemos uma autoavaliação do estresse, dos problemas que vive o Poder Legislativo, o relacionamento com a imprensa, que é o duto da informação popular. É evidente que através desse estresse há choques de opinião, choques de pensamentos.

Eu vim aqui, Sr. Presidente, para formar opinião. Conheço o Sérgio Moraes, conheço o seu jeito, seu caráter, conheço sua hombridade; conheço o Chico Alencar de longa data, sua luta, sua história. Vim aqui me convencer.

Saí aqui, caros presentes, imprensa, e fui abordado por um cidadão. Fiz questão de anotar o que esse cidadão nos disse. Ele disse: *“Deputado, o preço a que está o óleo diesel, acabando com a agricultura, com os usuários de ônibus; os telefones celulares, a telefônica — anotei aqui —; a energia, a droga, a violência, o meio ambiente... Vocês estão dando uma ...”*. Eu disse: *“Mas às vezes isso faz parte de um capítulo da democracia”*.

Acho que a imprensa está coberta... Parabenizo a imprensa por ter levantado a questão das passagens, senão o seu João da esquina, o pipoqueiro não ficaria sabendo. Mas faço um apelo à imprensa para que use os mesmos instrumentos, os mesmos equipamentos eletrônicos aí e vão ao Itamaraty para saber quanto custa uma embaixada brasileira na França, em Paris; vão aos tribunais, ao STJ, ao STF e vejam quantos funcionários tem um gabinete e como o Presidente de uma instituição tem 22 reuniões em 1 ano — em 1 ano não, em quase meio ano. Então, isso provoca estresse.

Não usei passagem nenhuma, mas não posso andar na rua. Eu não usei passagem, caro ex-Governador de Pernambuco. Você não pode entrar num avião, você não pode se identificar. Então, acho que o tratamento dado a esta Casa, que abre as portas com tanto carinho à imprensa... Ela deveria ir também aos tribunais perguntar que hora sai, quantos telefones, quanto gasta um embaixador, o Consulado do Brasil em Londres.



Então, o Deputado Sérgio Moraes incorporou, naquele momento emocional, algumas emoções que tomam conta dos 513 Parlamentares, principalmente os que não estão envolvidos nessa questão. Nós não estamos envolvidos e estamos pagando um preço caro. Agora, gostaria que a imprensa fizesse uma varredura nessas instituições. Temos a Procuradoria, o STJ... Quantos funcionários tem um Ministro do STJ? Quanto ganha um funcionário? Quanto eles têm de passagem?

Então, acho que isso tudo serviu para que pudéssemos passar a limpo a burocracia, como disse o Deputado Pedro Fernandes, que me antecedeu, porque a incompetência da administração, às vezes, nos leva a esse caos em que estamos. Acredito plenamente na intenção, na vontade, na hombridade do Deputado Sérgio Moraes, mas acho também que as circunstâncias o colocaram numa situação: "Se eu der um parecer contrário, afinei, se eu der a favor, me antecipei". E o Sérgio Moraes não é homem disso.

Acho que um Presidente, de cabelos brancos, um Presidente experimentado, deve tomar uma atitude, deve conversar com o Sérgio Moraes para não haver vencidos nem vencedores. A imprensa fez um papel espetacular, principalmente na questão da passagem. Agora, o entrevisto que tem com o Sérgio Moraes, como disse o Chico Alencar, é o objetivo falando com o subjetivo. O repórter faz uma pergunta objetiva e ele dá uma resposta subjetiva, da sua consciência, da sua alma, de caboclo, de pião, de homem dos rincões do Rio Grande do Sul.

Então, fico aqui indignado, vim aqui... E não quero que saia daqui nem vencido nem vencedor. Quero que a democracia, quero que a imprensa exerça seu papel, mas não se esqueça de atravessar a rua, não se esqueça de atravessar a rua para ver também como é que é a situação. Os cartões corporativos. Só o que gastou a mulher do Presidente é o valor das passagens aqui! Olhem como foi espetacular a opinião pública saber que existe um tal de cartão corporativo com que a mulher do Presidente gasta 6 milhões num ano. Nota dez! Vamos avançar, vamos ao Itamaraty, vamos ao Estado Maior das Forças Armadas, vamos à ABIN. Vamos ver quanto ganha, como é que se entra na ABIN, como é que se forma para entrar na ABIN!

Então, acho que isso tudo vem enriquecer a democracia, mas não posso ver também o Sérgio Moraes "desapeado do cavalo". Ele não é um... Eu acho que a



Presidência, com a sabedoria, com os mandatos que tem, encontrará uma maneira de resolver o problema sem que haja vencidos nem vencedores. Parabênzo a imprensa. Que continue e aprofunde. Gostaria que, no Itamaraty... Gostaria, daqui a 3 meses, de fazer um requerimento de congratulação para saber os preços das Embaixadas do Brasil, principalmente na Europa, quanto gastam as famílias dos Embaixadores e dos Cônsules nesses países. É uma sugestão de um sempre caboclo, também, do interior.

E quem foi Prefeito — ele foi Prefeito 2 vezes, eu fui Prefeito 3 vezes — é estressado, porque a cidade tem um jornal contra e um jornal a favor, e, às vezes, a emoção falou mais alto que a razão.

Então, gostaria que o Presidente, do alto da sua sabedoria, que, no final de semana, ligou para todos os companheiros e os ouviu, não deliberou nada sozinho, não tomou uma medida ditatorial, nos fizesse sair dessa situação sem ferir o companheiro e sem ferir a imprensa, que cumpre um papel espetacular, mas que deveria ser estendido aos outros Poderes.

Gostaria — vou ser repetitivo e vou encerrar — de saber quanto fica a Embaixada do Brasil em Paris. Gostaria de saber, porque alguns Srs. Parlamentares pediram desculpa pelo crime e não foram mais citados. Eles pediram desculpa: “Olha, desculpe-me, vou devolver”. E quero dizer a esses que, no Código Penal, que muito bem conhece o ex-Governador Marcelo Ortiz, o pior crime é roubar e não poder carregar. (*Risos.*) Não adianta. Então, ele foi lá e pediu desculpa, e saiu no jornal: “Ele pede desculpa.” E os outros são execrados pela opinião pública. E nós podemos aqui, encerrando, Presidente... Nós não temos o direito, nem a imprensa nem o Deputado, de noticiar, condenar e execrar. Compete ao leitor a formação de opinião. Então, solicito a V.Exa., por quem tenho grande admiração, e ao Deputado Sérgio Moraes, que achem uma solução para o caso, para que não saiam daqui vencidos nem vencedores. E parabéns à imprensa pelo papel investigativo. E que atravesse a rua. Não tenha medo de ir ao STJ e saber quantos dias o Ministro vai ou não vai. Quantos funcionários tem o gabinete de um Ministro do STJ. Por que o STJ tem 33 Câmaras, em vez de 100, se o País tem 82 milhões de processos? Cadê a imprensa investigativa? Vou repetir, para encerrar, Presidente: são 82 milhões de processos e 33 Câmaras. Os seus bisnetos não verão os finais desses processos.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Srs. Deputados, pelo adiantado da hora, vou limitar, daqui para a frente, a 5 minutos o tempo de cada Deputado, se V.Exas. assim permitirem.

Deputado Abelardo Camarinha, tenho certeza de que aqui não vai haver nem vencido nem vencedor. Se for necessário pedir desculpas ao Deputado Sérgio Moraes por alguma coisa que eu tenha feito, eu pedirei. Agora, peço também ao Deputado Sérgio Moraes que entenda a minha posição e veja que estamos zelando pelo nome do Conselho, pelo nome da Casa e, ao destituir a Comissão, eu estaria destituindo o Deputado Hugo Leal, o Deputado Sérgio Moraes, o Deputado Professor Ruy Pauletti, e aí sairia um novo nome para Relator. Não haveria nem vencidos nem vencedores. Quem ganharia seria este Conselho, quem ganharia seria esta Casa. Nós acabaríamos a discussão e o problema estaria encerrado. Este é o apelo que faço ao Deputado Sérgio Moraes. O Deputado Sérgio Moraes que tem uma missão muito grande neste Conselho ainda a prestar. Portanto, não podemos ficar a mercê das nossas vaidades. Temos que botar acima disso a Casa e o Conselho.

Portanto, com a palavra, agora, o Deputado Paulo Roberto.

O SR. DEPUTADO PAULO ROBERTO - Sr. Presidente, José Carlos Araújo, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de falar mais rápido até, nem gostaria de tomar os 5 minutos que me são de direito. Eu sou radialista, apresentador de programa de rádio e televisão; sou ligado a órgãos de imprensa, e quero dizer uma coisa: não fico triste com as notícias que saem na mídia. Antigamente a gente até ouvia, lia alguma coisa que nos deixava até um pouco mais chateados do que hoje. Embora eu possa até perguntar para todos os nossos nobres colegas quais de nós não fomos vítimas da imprensa. Dá para contar nos dedos aqueles que não foram vítimas da imprensa, por ter feito esta com que a população julgasse, condenasse, execrasse um Parlamentar, um Prefeito, um Governador, enfim, um político. Quando se fala e quando se trata, muitas vezes, Deputado Camarinha, da falta de escola: "O que é que os políticos lá em Brasília estão fazendo?" Sabedores de que nós não somos as pessoas que têm a condição de chegar a determinado lugar e construir uma escola. Quem constrói a escola é a União, na pessoa do Presidente. É ele quem decide isso



junto ao Ministério da Educação. E, também, Prefeitos e Governadores. Aí a minha tristeza maior tem sido sabe o quê, Presidente? As respostas que se dão à imprensa. Fazer com que sejam decididas determinadas coisas dentro do Congresso Nacional — eu vou exagerar um pouco, não vou dizer somente aqui dentro desta Comissão, mas sim na Câmara dos Deputados, no Senado. Infelizmente as respostas que têm sido dadas à imprensa é que fazem com que venhamos a ficar entristecidos. Por quê? Porque a imprensa fala, e já se vai rapidinho, correndo, tomar decisões, muitas delas até precipitadas. Para não dizer outras coisas, decisões absurdas.

Então, eu acho que está na hora de a Casa tomar a sua postura e parar de ficar, sabe, tomando decisões em cima do que é pautado nos jornais, do que é pautado nos telejornais. Eu acredito que a Casa deva tomar a sua posição, firme, com relação a essa questão, porque a saída do Deputado Sérgio Moraes vai ser uma resposta, sim, Sr. Presidente, de perdedores e vencedores. Quem vai ganhar com isso? Primeiro, a imprensa, que fez a Casa tomar a decisão; segundo... Desculpe-me a nobre colega Deputada Solange, a senhora é do Rio de Janeiro e conhece muito bem *O Globo*, conhece muito bem os jornalistas de *O Globo*. Já morei no Rio de Janeiro, também conheço um pouco do que é o jornalismo no Estado do Rio de Janeiro. A coisa, pela informação que eu tenho, começou justamente de lá, de *O Globo*, do Rio de Janeiro. E, dentro dessa questão, me fica a impressão, Deputada, de que existe um problema pessoal, e é isso que temos que evitar dentro desta Casa, em relação ao nobre colega Deputado Edmar Moreira.

Então, eu acho que as emoções dentro desta Casa, infelizmente, têm sido, sabe, o motivo das decisões e não a razão, não o que está aqui dentro do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, nas leis que nós temos. Partindo daí, eu acredito que começaremos a tomar posições mais sérias, sem abaixar, vamos dizer assim.

Eu falo como Deputado gaúcho, do Rio Grande do Sul, adotado pelo Rio Grande do Sul. Saí aqui em defesa do meu colega de partido, em função do que se olha de fora, da situação em que se encontra esta Casa, de tanta gente que nos vem fazer pedidos, que, muitas vezes, não temos condição de atender, pelo fato de estarmos aqui ou nos defendendo, ou saindo em defesa de alguém, ou então



discutindo assuntos que, infelizmente, ficam muito mal explicados, pelas atitudes que, infelizmente, têm sido tomadas por esta Casa.

Desculpem, a minha parte emocional falou um pouco mais forte, mas eu acredito que essa questão racional deve ser levada mais em consideração do que a emocional neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Ernandes Amorim, do PTB.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, venho aqui como colega do Deputado Sérgio e até decepcionado, a princípio, com a posição do Conselho de Ética. Se eu estivesse numa escola — não estou falando aqui para os Deputados —, eu ia falar que nós estávamos num circo. Teriam armado um circo, e esse circo, televisionado, para alguém aparecer. Mas, como esta é uma Casa de leis, formada por Deputados, eu fico preocupado com essa situação, porque se pega um cidadão como o Deputado, que pode ter falado qualquer coisa que não tenha agradado a imprensa, e hoje vejo esta Casa de joelhos para a imprensa, prestando satisfação à imprensa, para prejudicar um colega nosso.

É lamentável que isso aconteça nesta Casa, com tanta coisa importante que temos para cuidar. É lamentável que se crie um conselho de ética para ficar ocupando o tempo de vários Deputados, que teriam mais importância se tivessem cuidando de outras coisas, e não tratando de um assunto desse nível. Busca-se o quê? Prejudicar o Deputado, porque a imprensa tal, a imprensa outra quer que aconteça isso.

Eu não sei, Sr. Presidente, quando é que esta Casa vai se levantar, deixar de ficar ajoelhada, para poder tomar uma posição de homens dignos, de pessoas responsáveis, de Deputados que tenham responsabilidade com suas bases, de Deputados que tenham coragem de levantar a vista na rua para olhar para as pessoas. A cada hora que passa... O Deputado está envergonhado de andar na cidade, no Estado, no País, por causa de ações dessa maneira.

Eu não posso admitir que aqui entrem Deputados desta Casa, Deputados desta comissão de ética, e venham punir ou exigir que o Deputado se afaste. “Ah,



porque 2 outros Deputados vão ser afastados". Se ele se afastar, estará provando que é cúmplice de qualquer coisa, dando a imagem de que aquelas pessoas foram prejudicadas mais uma vez por ele.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados desta comissão, lembro-me de que fui Senador da República. Quando cheguei ao Senado, a primeira coisa que levantaram — a imprensa — foi calúnia contra mim. Queriam me cassar. Nunca tinham criado conselho de ética no Senado Federal. Na primeira vez, quando criaram o Conselho de Ética lá, foi para me julgar. E eu fui julgado. Depois de todas as denúncias, tive 68 votos contra 6. Seis votos contra 68. Pela imprensa, eu teria sido cassado, e não fui cassado. O Conselho de Ética só serviu depois para fazer o que vem fazendo aí, acabando com a vida de muitas pessoas.

Muita gente morre. Não pensem diferente, não. Não é todo mundo que aguenta enfrentar conselhos dessa natureza. Muitas pessoas morrem porque não aguentam ser desafiadas, não têm estrutura humana para aguentar certos abalos. E muita gente, no Congresso Nacional, morreu por causa de injustiças cometidas principalmente pela imprensa e por conselhos de ética.

Por isso, Sr. Presidente, era hora de os Deputados... Quando nada, uma questão dessa era para ser discutida no particular, era para ser discutida de portas fechadas, não era para ser trazida a público, para se fazer um cinema, como está acontecendo.

Eu acho que nós não viemos aqui para ser Deputados e ser expostos a toda hora, a todo momento. O Deputado Sérgio tem filho, tem uma sociedade que votou nele. Se votou nele, é porque ele merece representar o Estado e a região dele. A partir da hora em que os colegas fogem de dar o apoio ou a sustentação para que ele cumpra o mandato... Eu não vejo por que ele teria que ser punido aqui por ter falado alguma coisa na tribuna.

Mais uma vez, quem sai enfraquecido daqui não é só o Deputado Sérgio, não, sou eu e muitos Deputados que não comungam com essa ideia. Diante de qualquer palavra, de qualquer coisa, a imprensa nesta Casa manda aumentar salário, diminuir salário, demitir, contratar. Eu, que já fui Prefeito 2 vezes, Deputado Estadual 2 vezes, Senador da República 1 vez — hoje, sou Deputado Federal —, queria chegar ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, e ver os nossos colegas sendo respeitados.



Queria que o mandato de um Deputado estivesse à altura de uma autoridade outra. Não basta o que o Deputado disse ali hoje. Nós somos menores até em salário. Em termos de outras autoridades, nós somos menor em tudo, ainda menor no direito de exercer uma função de Deputado Federal sem estar subordinado. Não estamos em um colégio, em uma escola primária.

Eu espero que os Deputados deste Conselho amadureçam e tomem outra posição, principalmente V.Exa., Sr. Deputado, que, quando assumiu essa Presidência, foi também criticado. Se tivessem, naquela época, usado o Conselho para puni-lo, tudo bem, V.Exa. deveria punir o colega. Mas não é desse jeito que devem ser tomadas as atitudes nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ernandes Amorim, eu quero dizer a V.Exa. que esta reunião foi convocada para ser fechada. O Deputado Sérgio disse que gostaria que fosse aberta. Eu atendi o Deputado do seu partido. Portanto, não foi este Presidente que quis esta sessão aberta. Foi convocada para ser exatamente como V.Exa. pensa — eu penso como V.Exa. —, para ser fechada, para que não se transformasse em circo. V.Exa. errou em me nominar. Quem pediu isso não fui eu. Foi o Deputado Sérgio que pediu que fosse aberta.

Esclarecido V.Exa., tenho certeza absoluta de que V.Exa. entende as razões.

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, então não há motivo para que se faça uma... Tome-se uma atitude, e em consenso, para não prejudicar os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Sabino Castelo Branco, do PTB.

O SR. DEPUTADO SABINO CASTELO BRANCO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Deputado Sérgio Moraes hoje está sendo — podem ter certeza — julgado nesta Casa.

O Deputado Sérgio Moraes nós conhecemos muito bem, é do nosso partido. Tem a sua posição firme, a convicção do que falou. Em nenhum momento o Deputado Sérgio voltou atrás para dizer que não fez as declarações que fez. Até o momento, o Deputado Sérgio está ciente e o Deputado Sérgio é sabedor em dizer que ele continua a ter o mesmo pensamento. Não adianta alguns Deputados



falarem, Deputado Sérgio, que V.Exa. mais uma vez está defendendo o Deputado Edmar. V.Exa. não é advogado do Deputado Edmar. O seu relatório vai ser votado nesta Comissão, e isso não quer dizer que vai ser aprovado. O Deputado Edmar é que vai responder pelos atos que cometeu, se cometeu.

Não é só o relatório de V.Exa., são 3 relatórios. Agora, V.Exa. já está, sim, sendo julgado pela opinião pública — nem é mais o Deputado Edmar Moreira, agora, neste momento, é o Deputado Sérgio Moraes —, todo o Brasil vai assistir hoje ao julgamento de V.Exa., que pode sair, sim, da Relatoria. E para V.Exa. vai ser ruim. Vai ser ruim só porque V.Exa. já disse no nosso partido que fez alguns comentários, mas não disse que ia absolver o Deputado Edmar Moreira.

Então, V.Exa. fique firme. V.Exa. não saia. V.Exa. vá até o final, porque V.Exa. tem responsabilidade. Foi Deputado Estadual, Prefeito da sua cidade, Deputado Federal eleito pelo povo. V.Exa. é um legítimo representante do povo, sim, senhor. Não os que falam e que acusam, que, às vezes, não são representantes do povo. Representante do povo é o Congresso Nacional. V.Exa. foi votado para isso.

V.Exa. foi Presidente desta comissão. Quando V.Exa. presidiu esta comissão, foi acusado de ter absolvido o Deputado Paulinho, da Força Sindical. Agora V.Exa. é acusado também de absolver o Deputado Edmar Moreira. E mais uma vez paga um alto preço aqui no Congresso, lá no Rio Grande do Sul, a sua família. Mas V.Exa. já disse que não vai recuar. Eu quero dizer a V.Exa.: vá para o voto. V.Exa. tem convicção do seu relatório. Tem convicção do relatório que produziu, favorável ou contra, e é sabedor da sua responsabilidade.

V.Exa. tem o apoio do nosso partido. Nós estamos aqui para dar o apoio, não para dizer que a imprensa está errada. Nós estamos aqui para prestar a solidariedade do nosso partido, do PTB — de todos os Deputados e Senadores —, que comunga, sim, com a atitude de V.Exa. de não renunciar à Relatoria. V.Exa. vai até o final. Vamos esperar o resultado, Deputado Sérgio. Quem vai julgar V.Exa., sim, é o povo. É o povo brasileiro que vai julgar V.Exa. E eu tenho certeza de que, no seu Estado, V.Exa. já está absolvido há muito tempo.

Eu quero só agradecer, Sr. Presidente, e dizer: Deputado Sérgio, conte com os seus amigos Deputados Federais, com o nosso partido. Nós saímos, sim, em sua defesa, porque V.Exa. não cometeu nenhum ato de bandidagem, como às vezes



estão citando na imprensa, que Deputado agora virou bandido. V.Exa. não roubou ninguém. V.Exa. não furtou nada para estar sendo julgado desta forma.

Vejam quantas câmaras da imprensa brasileira hoje aqui. Não somos contra. Somos favoráveis. Na época do mensalão — eu não estava aqui, mas assisti pela televisão —, ouvia dizer: “*O Deputado Roberto Jefferson já está cassado; o Deputado José Dirceu já está cassado*”. Antes de sair o relatório deles já diziam, e foram cassados todos os que a imprensa disse. Alguém falou, não foi a imprensa que inventou. Agora V.Exa. já está sendo aqui massacrado. Mas V.Exa. é um homem que sabe o que faz, V.Exa. é um homem correto. Vamos ver o final deste julgamento, o resultado que vai ter.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, eu quero levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exas. serão atendidos. Antes, porém, vou anunciar o último orador inscrito, o Deputado Jovair Arantes. Não deixa de ser orador, mesmo como Líder.

A palavra foi pedida pela Deputada Solange e pelo Deputado Marcelo Ortiz. Então, com a palavra, pela ordem, a Deputada, pois as mulheres têm precedência.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, V.Exa. ainda há pouco anunciou, como Presidente e dentro das suas prerrogativas, a questão da destituição da Relatoria tripla. Com relação ao prosseguimento da reunião, a Ordem do Dia já está começando, já está havendo votação nominal. Então, eu queria indagar de V.Exa. se, no prosseguimento da reunião, vão se manifestar os Deputados inscritos. E questão da Relatoria é um ato oficial do Presidente. Indago se vai haver — no meu entendimento, não — qualquer necessária votação.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputada...

Com a palavra o Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, eu cheguei aqui e estranhei tudo isto que está ocorrendo, este fato que está ocorrendo. Lamento que não tenha tido oportunidade de estar mais vezes aqui. Todos sabem que eu estou...



Outras incumbências estão me impedindo de vir aqui. Eu gosto muito de vir aqui. E fiquei surpreso, ouvi várias pessoas dizendo que o Deputado está sendo julgado. Como é que alguém pode ser julgado sem culpa formada? Qual é a acusação que pesa sobre ele para que seja passível de julgamento?

Pelo meu conhecimento e do procedimento que pode ocorrer dentro deste Conselho, simplesmente, e eu torno as coisas simples, e as digo juridicamente, ele permanecer Relator ou não permanecer Relator, com todo respeito a V.Exa., é uma decisão de V.Exa. V.Exa. nomeia o Relator. Quem tem o poder de nomear tem o poder — desculpe a expressão incorreta, que pode até ser observada como algumas coisas já foram observadas ali atrás a cada momento que os Deputados falavam — de desnomear. V.Exa. desnomeia.

Eu acho que a posição que o Conselho está colocando no seu geral — não estou fazendo nenhuma observação a V.Exa. — é extremamente vexatória. Vexatória ao Deputado, que não sofre acusação.

Eu queria saber — a minha questão de ordem é esta — qual é a acusação formada, o que existe de culpa formada contra ele, para que eu possa, então, fazer qualquer observação nesse sentido e dizer: realmente nós temos de julgá-lo. E ele então teria o direito de defesa. São os fatos que nós temos aqui.

Essa é a observação que eu quero fazer a V.Exa. Depois eu vou me manifestar ante a esse fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. tem razão, Deputado Marcelo Ortiz. No começo desta reunião, eu disse que o Deputado Sérgio Moraes não estava sendo julgado de nada, ele estava aqui como Deputado, como Relator, mas nós estávamos apreciando os últimos fatos. Aí houve o pedido, o requerimento da Deputada Solange Amaral e da Deputada do PSOL. Esse foi o motivo desta reunião.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, requerimento sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É da Deputada do DEM, do Democratas, e do PSOL.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas o que diz o requerimento?



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pede-se o afastamento do Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PTB.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas, com todo o respeito, Sr. Presidente, não se trata de acusação pela qual ele tenha que ser julgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não há, não há acusação.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - É exatamente isso que eu disse. Eu ouvi aqui agora, eu só ouvi isto: *“Você não pode ser julgado, nosso companheiro não pode ser julgado, você tem de ser absolvido disso?”* Qual é a culpa formada? Se não houver, Sr. Presidente, *data venia*, com todo o respeito, esse simples suplente desse Conselho faz essa intervenção. Eu queria a resposta da questão de ordem efetivamente do ponto de vista jurídico que nós temos dentro do nosso Regimento Interno e dentro do nosso Conselho de Ética. As normas do Conselho de Ética não permitem que nós estejamos nesta situação aqui, colocando à execração pública um colega nosso, que amanhã pode ser um de nós outra vez.

Eu já fiz essa defesa anteriormente. Agora, se ele tiver culpa formada e ele estiver errado, eu vou repetir o que falei aqui numa sessão: eu vou ser o primeiro a pesar na acusação contra ele. Mas, enquanto não houver isso, eu não posso ficar calado, esperar e ouvir o que estou ouvindo aqui.

Esperei a minha oportunidade para fazer essa manifestação, com todo o respeito que tenho a V.Exa., e V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Respondendo a V.Exa...

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - Nós estamos sendo julgados pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou responder primeiro ao Deputado Marcelo Ortiz.



Deputado Marcelo Ortiz, não há acusação contra o Deputado Sérgio, repito a V.Exa. Nós estamos aqui para apreciar 2 requerimentos, e isso seria feito numa reunião a portas fechadas — foi dito —, mas, a pedido do Deputado Sérgio, nós a fizemos a portas abertas. Portanto, não há, absolutamente. Agora, o que eu não posso é medir as palavras de quem quer falar. As pessoas estão falando de uma forma, colocando-o como réu, coisa que não é, nunca foi. Agora, eu não posso medir nem impedir que cada um diga o que acha que deve dizer.

Portanto, a questão de ordem é que não há culpa formada, e ninguém está aqui como réu.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Questão de ordem do Deputado Roberto Magalhães.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - V.Exa. vai submeter a matéria a votos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. entenda o seguinte: a Ordem do Dia começou. Eu não posso submeter a votos o requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Eu ia pedir a V.Exa. o seguinte: no caso de prosseguir, que a votação seja nominal, porque acho que há mais pessoas que não são do Conselho do que as que são do Conselho. Nós não podemos saber quem votou e quem não votou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Roberto Magalhães, se houvesse...

O SR. DEPUTADO ERNANDES AMORIM - O Deputado Roberto Magalhães está preocupado. Acho que os Deputados aqui são tão responsáveis que ninguém vai votar aqui sem que seja da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se houvesse uma votação aqui, logicamente votariam apenas os Deputados membros deste Conselho, porque nós faríamos votação nominal.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Agora tem a palavra como Líder, mas não deixa de ser orador, o Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB.



O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os Deputados desta comissão, todos os Deputados da Casa aqui presentes e as Sras. Deputadas também.

Eu queria, Sr. Presidente, com toda a tranquilidade, manifestar o que eu manifestei no Colégio de Líderes, onde nós discutimos com o Presidente Michel Temer e com o Líder Henrique Fontana, em 2 oportunidades ontem, por ocasião dos problemas e das notícias vindas através da imprensa de que V.Exa. noticiou isso, e nós ficamos sabendo através da imprensa.

Acho até que é uma forma pouco convencional a de discutir os problemas da Casa, ou de uma Comissão, pela imprensa, que seja informado pela imprensa. Não que a imprensa não tenha que dar as notícias. Evidentemente, eu sou pela liberdade de imprensa total. A imprensa tem que ter acesso a tudo, tem que noticiar tudo, porque ela ajuda muito no processo democrático e ajuda muito esta Casa e a própria Nação, na medida em que traz à luz os fatos que ocorrem no Brasil. Mas me preocupa a maneira como foi tratado o processo ou essa discussão em relação ao Deputado do meu partido, meu liderado, Deputado Sérgio Moraes.

O Deputado Sérgio Moraes tem uma verve diferenciada, até porque ele é de uma região brasileira onde os políticos tem uma verve diferente da dos demais políticos brasileiros. Os Deputados do Rio Grande do Sul têm uma eloquência nos seus discursos diferenciada em relação aos outros brasileiros. E tem uma conduta muito importante para o nosso partido no Brasil inteiro, porque ele faz um trabalho importante como Parlamentar que representa o povo do seu Estado.

O Deputado foi designado Relator junto com 2 outros Deputados desta comissão, e o PTB se sentiu muito honrado com esta distinção, colocá-lo como Relator desse processo. Nós sabemos que este é um lugar onde se julgam colegas, onde se discutem problemas de colegas. E o Deputado Sérgio Moraes é um desses colegas que está discutindo como fazer um relatório adequado, para que ele possa ser entendido e fazer justiça no que foi colocado a ele.

Numa interpretação sua e numa fala sua ao Brasil através da imprensa, ou através do próprio plenário, ou ele foi mal-entendido, ou ele falou o que falou. Mas não me interessa o que ele falou ou o que cada Deputado desta Casa possa falar, Deputado e ex-Governador Roberto, porque não podemos, nesta Casa, ficar



patrulhando o que o outro colega vai falar. Esta é uma Casa em que há 513 instituições, 513 pessoas que respondem pelo seu mandato e agem livremente. E o Parlamento é para isso, é para discutir, falar. Aqui eu já vi gente subir na tribuna e dizer que ia dar em jornalista com cinto. Está errado, mas eu respeito a opinião dele. Eu já vi gente subir na tribuna aqui e dizer que é a favor da pena de morte. Eu sou contra, mas respeito a opinião. Então, tudo que nós ouvimos de um Parlamentar é o seu pensamento. Ele tem CPF, ele precisa ser respeitado como uma pessoa que está trazendo uma opinião. E esta é a Casa das opiniões divergentes, onde nós temos que receber todas, justas ou injustas, e analisá-las no seu conteúdo e colocá-las em votação. E, ao ser colocada em votação, a sua opinião vai prevalecer ou vai ser derrotada.

Então, quando o nosso Deputado apresenta opinião, seja no plenário, seja nesta comissão, ela tem que ser respeitada como sendo uma opinião dele. E, se ele trouxer aqui, Sr. Presidente, relatório que não seja a vontade desta Comissão, para que ela possa votá-lo, que a Comissão vote contra o seu relatório. Assim se dá a oportunidade de a própria Comissão dizer como é que tem de ser esse relatório.

Então, nós não podemos abrir aqui, Sr. Presidente, o precedente de tirar um relatório de qualquer que seja o Deputado, sob pena de que amanhã qualquer Relator, nesta Casa, possa ser substituído contra a vontade de uma maioria ou de uma minoria. Não podemos deixar que esta Casa substitua Relator porque ele é contra interesse maior ou menor. O que nós temos que fazer é derrotar esse seu pensamento aqui na comissão e não deixar que possa ser feito de forma que não exerçamos a democracia.

Sr. Presidente, acho muito bonito o que está acontecendo no Brasil. O Brasil precisa ser assim mesmo, nós temos que passar a limpo muitas coisas do passado. O Brasil precisa ser melhorado. A imprensa tem ajudado, e nós vamos estar todos nesse barco para tentar melhorar o Brasil. Mas é no voto, é nesta Casa. Esta Casa é a mais legítima representante da democracia brasileira na sua plenitude. Se V.Exa. usar um instrumento de força para afastar um Deputado que é Relator de um processo e colocar outro, isso é instrumento de força, isso é coisa da ditadura. Nós estamos na democracia plena. Então, nós temos que discutir os problemas aqui. Se o relatório do Deputado Sérgio Moraes não for o que lhes convém, que derrotem o



relatório dele. Mas ele não declarou o seu voto. Ninguém sabe qual vai ser o relatório do Deputado Sérgio Moraes. Nem eu, que sou o Líder do partido, tenho discutido isso com ele, até porque não é a nossa prática discutir, é deixar a liberdade democrática de pensamento ser expressa nas folhas do seu relatório.

Então, queria, como Líder do PTB, chamar a atenção desta comissão. Hoje, Democratas, é um do PTB. Amanhã, Democratas, será um de vocês, e nós vamos estar na mesma defesa, porque nós não podemos... E quero mais uma vez dizer: não estou aqui afrontando a imprensa, não estou afrontando a sociedade brasileira; ao contrário, estou protegendo os interesses democráticos do povo brasileiro.

É nessa direção que eu encerro as minhas palavras, e peço a V.Exa. que suspenda esta reunião e decida internamente, na comissão, com o relatório, democraticamente, Sr. Presidente.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos de Araújo) - Com a palavra o Deputado Sérgio Brito.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, nós já estamos em votação nominal. Já está em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos de Araújo) - Esta Comissão não vai deliberar. Os Deputados que, por acaso, quiserem votar vão votar e voltem, porque eu vou ouvir os outros Deputados que estão inscritos. Portanto, não terá deliberação neste instante.

Com a palavra o Deputado Sérgio Brito, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, o PDT entende que é prerrogativa de V.Exa., como Presidente deste Conselho, decidir sobre a destituição ou a nomeação do Relator ou da Comissão que V.Exa. instituir. Mas também entende o PDT, do qual faço parte com muita honra, que o Deputado Sérgio Moraes, quando foi Presidente deste Conselho, foi um Presidente que trabalhou, um Presidente que conduziu nesta Casa este Conselho com muita seriedade, um Presidente que teve momentos difíceis, mas soube conduzir com pulso, com firmeza, como V.Exa. vem fazendo na atual Presidência do Conselho.

Faço um apelo a V.Exa., já que não temos tempo mais para poder votar o requerimento ou tomar as decisões que teriam de ser tomadas: aproveite esse



tempo para mais um diálogo junto ao Relator Sérgio Moraes, para tentar resolver isso internamente como 2 Presidentes, o ex-Presidente e o atual Presidente, para que cheguemos a um denominador favorável; que não haja desgaste para quem quer que seja; que não haja vencedor nem perdedor nessa história.

Sr. Presidente, o PDT gostaria que houvesse esse consenso entre V.Exas., homens que estão conduzindo ou que já conduziram este Conselho. Tenho certeza de que nós todos ganharemos com isso. O Conselho vai ganhar com isso. Esta Casa tem muitos embates, todos nós temos opiniões. Somos respeitados, às vezes não, às vezes sim, pelas nossas opiniões. Às vezes, há as frases infelizes, que podem ser felizes ou infelizes para alguns. Mas que sejamos respeitados sempre pelas nossas opiniões.

O PDT, através da minha pessoa, como titular deste Conselho, pede mais uma vez a V.Exa. que chame o Relator Sérgio Moraes para uma conversa, para dialogar e chegar a um entendimento para o bem deste Conselho, para o bem desta Casa.

Sr. Presidente, o PDT acompanha as decisões de V.Exa. e respeita as decisões de V.Exa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Sérgio Brito.

Com a palavra o Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado porque lá no meu Estado está uma efervescência muito grande. Primeiro, denúncias contra a Governadora, o que vem se repetindo. Segundo, o problema da seca em 216 municípios. Não é só estiagem, é seca mesmo, falta água para as pessoas, e o Governo Federal não acenou ainda com o auxílio, como acenou no caso das enchentes. A seca é mais prejudicial do que a enchente. A enchente é desastrosa, mas a seca causa sofrimento a muitas safras. O Código Florestal, que infelizmente foi aprovado nesta Casa, vai inviabilizar quase 70% das propriedades agrícolas do Rio Grande do Sul. Só de perda para o Rio Grande do Sul serão 9 bilhões, se for aplicado o plano. Por isso cheguei atrasado, mas sou assíduo neste Conselho, chego no horário, acho o Conselho um órgão importante.



Não concordo com quem falou aqui que deu uma conotação de falta de seriedade no Conselho. Trabalha-se com muita seriedade. E mais: respeitam-se as posições dos Deputados quando são emitidas. Sempre perdi no Conselho. Sempre perdi quando votei com o Relator e quando votei contra o Relator, mas o respeitei. Por isso é democrático.

Fui convocado ontem para uma reunião a portas fechadas. Hoje me surpreendeu uma reunião aberta. Eu expressei ao Presidente, disse ao Deputado Sérgio e vou dizer aqui no Conselho: primeiro, a missão da comissão foi cumprida. Lemos toda a sindicância, que é o instrumento que está baseando esse processo todo, a sindicância do Corregedor, indicada pelo Corregedor. Indicamos o Deputado Sérgio Moraes e, a partir do início, nós entendemos — eu concordei — que a comissão fosse dissolvida. Não haveria mais necessidade da comissão. Concordo, portanto, Sr. Presidente, com a extinção da comissão. Ela já cumpriu o seu papel.

Nós indicamos ao Presidente o Deputado Sérgio Moraes como Relator. O Presidente aceitou. Eu conheço o Deputado Sérgio, é um caboclo de origem lusa no meio de uma zona de alemães. Para um caboclo vencer na zona de alemães, tem que ser muito bom. E ele se elege sempre. Quanto mais bate, mais voto ele faz, quer dizer, mais gente acredita nele. Nós sabíamos disso, isso já foi levantado. Mas, por conhecê-lo e saber que ele ia tratar o assunto com toda a seriedade possível, nós o indicamos.

Meu caro Presidente, hoje não vai haver votação. Se a decisão de V.Exa. é pela extinção da comissão da qual eu faço parte, nós concordamos, mas a decisão do Relator deve ser tomada ou por V.Exa. pessoalmente, ou pelo colegiado, em sessão fechada. Portanto, eu gostaria que esta reunião fosse suspensa; fosse convocada uma extraordinária, possivelmente para amanhã, para, numa sessão fechada, ouvirmos todos os Deputados falarem.

Eu volto a dizer, meu caro Presidente, eu sou igual à coruja: não canto nada, enxergo pouco, mas ouço muito. Eu sempre decido os meus votos ouvindo. Eu gostaria, portanto, para tomar a minha posição, como sempre fiz, que houvesse o julgamento. Quanto à hipótese que foi levantada, que seria a do arquivamento, eu disse ao Deputado Sérgio: *“Não faça isso. Não pode haver arquivamento. Tem que ser julgado”*. A imprensa falou, e eu alertei: *“Não pode haver arquivamento, tem que*



ser julgado". Se não concordarmos com o parecer do Relator, fazemos um voto em separado e vamos votar, com toda a isenção possível, ou para a absolvição, ou para a condenação.

Eu solicito, portanto, que V.Exa. encerre esta reunião e tome a decisão, e que o Relator fique dentro daquilo que prevê o Regimento. Se V.Exa. tiver autoridade e possibilidade de fazê-lo, faça, mas o colegiado também tem que se pronunciar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou encerrar a discussão, mas, antes, o último orador, o Deputado Alex Canziani, do PTB.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serei rápido, Sr. Presidente. Eu tenho estado aqui desde o início da sessão, acompanhando o pronunciamento de todos os Deputados e ouvindo atentamente cada um deles.

Eu só gostaria também de dar um depoimento, porque eu conheço o Deputado Sérgio Moraes. Eu me lembro de que, quando ele assumiu a Presidência do Conselho de Ética, houve uma questão que já foi polêmica, e ele, já naquele momento, deu mostras do seu caráter, da sua postura firme. Foi, enfrentou, inclusive um *(falha na gravação)* muitos mandatos, que é respeitado na Casa também. Mas, ele não se curvou naquele momento *(falha na gravação)* que o Deputado, pelas declarações que ele deu, ele não disse qual será *(falha na gravação)* seu relatório. E caberá a este Conselho, ao final, julgar se o relatório foi correto, no entendimento da maioria do Conselho, ou não. Ora, por que não deixarmos, então, o Deputado Sérgio Moraes continuar como Relator desse processo? Quando ele terminar o seu relatório, caberá a cada Deputado e Deputada deste Conselho, através do voto, concordar ou não. Se não concordarem, nomeia-se um novo Relator, para que ele possa fazer aquilo que seja um consenso maior por parte deste Conselho.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que, pela postura que tem o Deputado Sérgio Moraes, podemos até não concordar, como eu disse inclusive para ele no dia que saiu na imprensa, eu não concordava com aquela fala, se ele porventura tivesse dito aquilo. Mas não posso deixar de reafirmar aqui a postura que ele tem tido, a firmeza das suas convicções. Isso nós temos que realmente respeitar. Temos que



deixar, Sr. Presidente, que ele faça o seu relatório e, ao final, este Conselho possa julgar se é ou não um relatório correto.

Faço esse apelo a V.Exa. e o parabenizo pela condução do Conselho.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de dizer que cheguei atrasado porque eu estava em um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu não vi V.Exa. pedir a inscrição. Mas não poderia deixar de abrir essa exceção, embora já esteja encerrada a discussão.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - O senhor sabe o respeito que tenho por V.Exa. Conheço-o como companheiro aqui, há muitos anos, sei da sua idoneidade, mas também respeito e conheço a idoneidade do Deputado Sérgio. Este Conselho está aqui para tomar decisões. Até como magistrados, temos de ser isentos aqui na análise desses relatórios.

A imprensa está correta, ela quer dar a informação. Está correta, tem de ser tudo transparente. O Deputado, naqueles momentos, adiantou alguma coisa, mas não mostrou o relatório dele ainda. Então, é impossível uma situação dessa. Isto é até uma agressão: antes de se ler o relatório, destituir-se o Relator. É como os colegas disseram aqui: se o relatório dele não for convincente e não concordarmos com o relatório dele, nós votaremos contra, faremos o substitutivo ou qualquer outra coisa aqui. É o que é feito na Casa constantemente. Agora, se ocorrer um fato dessa natureza aqui, inédito até, de se destituir um Relator, em um órgão de tanta responsabilidade, nós vamos ficar fragilizados e até preocupados em tomar qualquer decisão consciente para agir como magistrados, dentro da legalidade, e sem cumprir com o nosso dever, que é a transparência.

Esse é o meu parecer. Acho que o Relator não leu ainda o seu relatório, que deverá ser colocado à disposição em uma reunião para ser discutido e votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Paulo Piau, que estava inscrito e voltou.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes, realmente o que estava previsto seria uma reunião nossa, de conselheiros, para que pudéssemos analisar com profundidade este caso do Deputado Sérgio, e não uma reunião aberta. Mas V.Exa. atendeu o pedido do próprio Deputado Sérgio Moraes, que pediu uma reunião aberta, que, evidentemente, cria esta celeuma. Mas isso é a democracia em que estamos vivendo.

Acho que o que está acontecendo não tem nada de errado, Sr. Presidente. O que está acontecendo no Brasil é que está todo o mundo certo e está todo o mundo errado. São apenas 20 anos seguidos de democracia e 500 anos de ditadura. Essa transição traz esse desgaste mesmo. Esse ajuste se faz necessário para caminharmos evidentemente para uma democracia plena, e nós vamos chegar lá, se Deus quiser.

O caso do Deputado Sérgio Moraes é o seguinte: a reunião aberta ensejou um requerimento do DEM; portanto, esse requerimento pode ou não ser votado. Nós não vamos votá-lo hoje, evidentemente, porque já se está na Ordem do Dia, mas eu queria fazer um apelo a V.Exa., para que pudéssemos reunir o Conselho, juntamente com o autor do requerimento, que é o DEM, e avançar um pouco nessa definição, porque, na verdade, é um julgamento. Concordo, é um julgamento que estamos fazendo de uma postura do Deputado Sérgio Moraes, de uma postura, talvez, de arroubo incomum, diria assim. Mas ela terá consequências muito severas, não apenas para o Deputado Sérgio Moraes, que já foi à imprensa, já colocou a sua posição para o Brasil inteiro.

Eu estava vendo aqui este *release* da imprensa. Realmente, é um bombardeio bastante grande. Mas acho, sobretudo, que temos que pensar aqui não apenas no Conselho de Ética, temos que pensar na Casa, em como essa nossa atitude vai refletir de agora para frente. Portanto, nós estamos diante de um caso não comum, um caso não simples. É um fato extremamente grave. Eu acho que nós temos que ter agora, neste momento, a sabedoria, agir com tranquilidade, tomar uma decisão, eu diria, negociada, porque, por qualquer lado que tomar, se houver votação do requerimento do DEM, por exemplo, eu acho que é o pior dos mundos. Vamos tentar negociar isso e achar um caminho que, realmente, possa conciliar o



interesse, a defesa do Conselho de Ética, a defesa desta Casa, mas também pensando nas consequências futuras que poderão advir de uma decisão precipitada, caso venhamos a tomar.

Então, eu queria, já que nós não vamos votar, queria pedir a V.Exa. que pudéssemos, de uma maneira, entre nós, do Conselho, pudéssemos avançar para lhe ajudar a tomar essa decisão, já que a prerrogativa é de V.Exa., de destituir ou mesmo de constituir o Relator das matérias aqui. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Encerrada a discussão, eu quero elogiar o Deputado Sérgio Moraes. E o seu pedido de desculpa foi, realmente, uma demonstração de humildade. Renovo o apelo ao Deputado Sérgio Moraes e o apreço que lhe tenho: eu lhe peço que decline da Relatoria que lhe foi designada. V.Exa. resolveria todo o impasse deste Conselho, V.Exa., que vai ter oportunidade de outras Relatorias, de outras missões tanto no Conselho quanto nesta Casa. Mas, no momento, há um impasse criado pelas declarações vistas aqui. V.Exa. já ouviu. Então, eu pediria a V.Exa., faço um apelo para que V.Exa. atenda a este Presidente, a este Conselho e decline da Relatoria deste caso. Se V.Exa. assim o quiser, realmente vai resolver um grande problema para o Conselho de Ética.

Gostaria de fazer um esclarecimento e uma defesa. Os 2 advogados referidos por V.Exa. são consultores legislativos do quadro efetivo da Câmara, prestam serviço de assessoria técnica aos órgãos da Casa, aos Parlamentares e a este Conselho, amplamente amparados pelo Regimento Interno da Casa, pois são competentes e apenas assessoram, não decidem. Agradeço a colaboração a eles.

V.Exa. quer usar da palavra?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Presidente, quero aqui agradecer a todos os contras que... Com parcialidade, V.Exas. demonstraram que é questão de honra para V.Exas. V.Exas. deveriam se dar por impedidos, mas tudo bem. Eu quero dizer, Presidente...

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Permita-me um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu não lhe pedi aparte.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Podia ter pedido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu...



O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Não podemos votar o mérito, mas podemos votar uma formalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Roberto Magalhães, Deputado Magalhães, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - O Regimento Interno, o Regimento Interno... Eu desafio qualquer jurista a me apontar no Regimento Interno onde está escrito que o Presidente pode me tirar — e eu não quero um confronto aqui com o Presidente. Isso é legal, isso é lei, lei que foi feita por esta Casa. Esta Casa fez a lei. Quanto ao meu relato, se ele vai ser bom ou vai ser ruim, isso quem tem que julgar é depois de ele ser lido. Não pode ser atropelado. Eu jamais abriria mão, Presidente. Eu nunca entrei na sua sala para pedir para ser Relator. Cheguei a dizer para o senhor, quando o senhor me consultou. Disse para o senhor, disse para V.Exa: *“Olha, Presidente, o senhor é quem sabe. Por mim, o que o senhor decidir está decidido”*. O senhor é meu testemunho disso.

Eu tenho 6 filhos, Presidente. Um, de 11 anos, me perguntou no domingo à noite: *“Pai, tu é polêmico?”* Inclusive ele é adotivo, pegamos ele com 6 dias. Eu disse: *“Não, meu filho, eu não sou polêmico”*. Eu só não me calo — e talvez seja isso, Ruy Pauletti, que V.Exa. quis aqui transmitir, que o nosso jeito é diferente. Então, Presidente, eu faço um apelo a todos os senhores e faço um apelo ao DEM também. V.Exas. não sabem o meu voto. Ou sabem? Eu já lhe disse o meu voto? Eu já disse para alguém aqui da imprensa? Eu não disse o meu voto para ninguém. Tanto que eu quero ouvir testemunhas, para fazer convicção.

E que precedente estaria sendo aberto nesta Casa, Camarinha: Ah, fulano é o Relator, mas não estamos gostando dos olhos dele e nós vamos tirar o sujeito.

O Relator é Relator, foi nomeado, e ele é Relator. E tem prazos para cumprir. Aí V.Exa., se eu não cumprir, está escrito aqui que V.Exa. pode me tirar. Antes disso, não. Então, faço um apelo a V.Exa., Deputado José Carlos Araújo, que é meu amigo e que já prestou aqui grande trabalho nesta Casa. Eu não vou recuar. Desculpa, eu não posso recuar. Seria a grande festa da imprensa hoje à noite. É tudo que a imprensa quer ver. Aliás, já estão fazendo manchetes por aí. Eu tenho nesse *release* que V.Exa. me deu que eu já estaria fora. E nós todos de joelhos em



frente à imprensa, Presidente. V.Exa., um homem de cabelo branco, de joelhos na frente da imprensa? O Conselho de Ética ajoelhado na frente da imprensa?

Não vou renunciar. Pode ter a certeza de que não vou renunciar. Podem dizer o que quiserem, mas eu não vou renunciar. A minha história... Me elegeram 2 vezes Vereador, 2 vezes Deputado Estadual, 2 vezes Prefeito, sou Deputado Federal. Minha mulher, Deputada Federal, Deputada Estadual, Prefeita. Meu filho, Vereador. Faço 54% dos votos de toda a minha região. Todos os Prefeitos que estão sentados em qualquer cadeira lá na minha região fizeram menos votos nas cidades deles do que eu fiz para Deputado Federal. Aí nós vamos receber um bafo na nuca, como se diz lá popularmente, da imprensa e vamos sair todos correndo daqui de dentro? Presidente José Carlos Araújo, V.Exa. teria que...

E eu digo isso porque, quando eu estive na Presidência, eu teria feito. Eu teria que estar sendo elogiado, porque a pior frase que foi pinçada foi aquela: “*Estou me lixando para a opinião pública*”. Em que momento eu neguei essa frase? Eu poderia talvez ter dito: Eu não disse isso. Mas eu não neguei, porque eu não sou homem de negar as coisas que eu digo. Como eu também digo que não antecipei voto. Então, Solange, eu faço um apelo para V.Exa. Aliás, admiro-lhe muito. Retire esse pedido. O PSOL retira também. E V.Exas. é que estão criando constrangimento. Não sou eu. V.Exas. é que estão colocando esse Conselho numa saia justa. Não tem nada escrito. Deputado, V.Exa. é advogado?

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Advogado e professor há 30 anos na Universidade de Pernambuco

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - V.Exa. não deve ter lido direito.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - Eu trouxe escrita minha opinião. Quer uma cópia?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Está aqui. Está aqui. Não, eu não preciso. Está aqui.

O SR. DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES - O senhor não quer aparte, eu só posso falar através de *e-mails*.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Estou com a palavra. Está aqui escrito que não cabe e não tem como, legalmente, a não ser no empurrão, me pegar pelo braço e me atirar lá para fora. Só esse jeito que tem, porque, legalmente, não



existe nenhuma maneira legal de me tirar aqui do Conselho de Ética. Tanto que nunca existiu.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Deputado, V.Exa. me permite um pequeno aparte?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Presidente, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Deputado Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu vou fazer 3 citações a todos, para uma pequena reflexão. A opinião pública elegeu Hitler, Mussolini e o Collor. E absolveu Barrabás. Então, nós temos que ser muito coerentes e ter muita cautela aqui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Então, Presidente, eu faço um apelo para V.Exa. Não é vergonha para V.Exa. determinar que eu continue na Relatoria. Apenas cumprindo a lei, me deixe eu fazer meu relato. Ninguém sabe o meu voto, nem V.Exa. Deixa eu fazer as minhas oitivas, deixa eu ouvir as pessoas que eu quero ouvir, e depois V.Exas... Eu vou ler ele aqui, e V.Exas. vão colocar em votação. Pronto. Se não gostarem, votem contra. Isso é o que diz a lei.

Então, Presidente, em nome da minha família, dos meus filhos, dos meus quase 100 mil eleitores, eu não vou desistir. Me desculpa, Presidente, o transtorno que eu estou trazendo aqui nesta Casa, mas, se nós fizermos isso, se V.Exa. fizer isso agora, V.Exa. vai abrir um precedente gigantesco, porque o próximo Relator que for nomeado, pode de novo alguém não gostar, cria-se um barulho e tira o Relator. E muito pior que isso, Sr. Presidente, e muito pior do que isso, e muito do que isso, Sr. Presidente: esta Casa vai se ajoelhar para a imprensa.

Então, Presidente, eu quero dizer aqui a V.Exa. que eu não sou polêmico não. Eu só apenas busco as coisas que eu preciso realmente que sejam ditas. De novo: se errei com a frase pinçada, o que eu posso fazer? Está dito, eu vou aguentar ela. Peço desculpas, mas mantenho. Reconheço que ela foi infeliz. Agora, não vou correr lá na imprensa e dizer: Oh! Eu não disse. Não. Eu disse. Eu disse, está dito. O que eu vou fazer?

Então, Presidente, eu peço a V.Exa., até mais longe, que suspenda esta sessão, encerre esta sessão. Amanhã é quinta-feira, todos nós vamos embora, e,



quem sabe, na semana que vem, possam muitas coisas acontecer até lá para que Deus possa iluminar uma decisão sua, minha e de todos que aqui estão.

Muito obrigado e desculpa eu não atender o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sérgio Moraes, apenas quero ler para V.Exa. o art. 6º:

“Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compete:

I - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara dos Deputados”.

Então, cabe a esta Presidência zelar também pelo...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, o senhor pode dizer onde que é, porque, sinceramente, eu me atrapalho um pouco com papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Art. 6º do Código de Ética.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Ah, do Código.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Preservar a dignidade do mandato parlamentar na Câmara dos Deputados. Isso é extensivo também a este Conselho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Mas o senhor está querendo dizer que eu não estou dando dignidade a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. Não estou querendo dizer isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Ah, bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu estou lendo o artigo. Eu estou lendo apenas o artigo e estou dizendo quais são as minhas prerrogativas.

E dizer a V.Exa. que o único lugar em que eu me ajoelho é na Igreja do Senhor do Bonfim, quando vou rezar. Eu faço de vez em quando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Após ouvir a valorosa manifestação dos Srs. Conselheiros, na defesa do bom curso do processo do



instituto da Relatoria, do papel deste Conselho da Casa, destituo a subcomissão composta pelos Deputados Sérgio Moraes, Professor Ruy Pauletti e Hugo Leal e nomeio como Relator o Sr. Nazareno Fonteles, com quem já conversei, e S.Exa. aceitou.

Portanto, está encerrada a sessão.